

O Capital Social e o Seu Impacto no Funcionamento dos Comités de Gestão de Água Potável: O Caso das Comunidades Rurais do Distrito de Inharrime

Dissertação Submetida à Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal,
Universidade Eduardo Mondlane, como Cumprimento Parcial dos
Requisitos necessários para a Obtenção do Grau de Mestre em
Desenvolvimento Rural

Autor: Ussene Issufo Remane Hassamo

Supervisor: Professor Doutor Fidelx Pius Kulipossa
(PhD; M.A.; and B.A Hons. Development Studies)

Maputo, Dezembro de 2015

Índice

Declaração de Honra.....	IV
Dedicatória	V
Agradecimentos	VI
Lista de Abreviaturas e Acrónimos	VII
Capítulo 1: Introdução	1
1.1. Contextualização do Estudo.....	1
1.2. Objectivos do Estudo.....	2
1.2.1 Objectivo geral:.....	2
1.2.2 Objectivos específicos:.....	2
1.3. Questões-chave e Hipóteses do Estudo	2
1.3.1. Questões-chave do Estudo.....	2
1.3.2 Hipóteses:	3
1.3.3 Justificação da Hipótese	3
1.4. Resumo dos Capítulos do Trabalho	5
Capítulo 2: Quadro Conceitual e Teórico	8
2.1. Capital Social: Conceito, Perspectivas e Atribuições	8
2.2. O papel do Capital Social no Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água.	10
2.3. Comunidade	12
2.3.1. O Conceito de Comunidade no Contexto Moçambicano	13
2.3.2. Participação Comunitária	14
2.3.5. Panorama Político do Acesso a Água em Moçambique.....	17
Capítulo 3: Metodologia do Trabalho.....	20
3.1. Operacionalização da Hipótese.....	20
3.1.1. Identificação das Variáveis Independentes da Hipótese	20
3.1.2. Variável Dependente da Hipótese:.....	21
3.1.2 Identificação dos Indicadores de Cada uma das Variáveis Independentes	21
3.1.3 Identificação dos Indicadores das duas Subvariáveis da Variável Dependente	23
3.2 Tipo de Pesquisa	24
3.3 Análise de Dados.....	29
3.4 Limitações do Estudo	30
Capítulo 4: Definição e Caracterização do Capital Social das Comunidades da Área de Estudo.....	31
4.1 Breve Localização Geográfica da Área de estudo	31
4.2 Características Gerais dos Agregados Familiares Inquiridos	31

4.3	Principais Elementos que Definem e Caracterizam o Capital Social das Comunidades da Área de Estudo.....	32
4.3.1	O Nível de Escolaridade das Comunidades da Área de Estudo	33
4.3.2	O Nível de Confiança e Cooperação Mútua entre as Comunidades	37
4.3.3	Interesses e Participação das Comunidades nas Questões Públicas.....	41
	Capítulo 5: Impacto do Capital Social das Comunidades da Área de Estudo no Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água	46
5.1.	Participação Comunitária na Formação dos Comitês de Gestão de Água	46
5.2.	Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água.....	50
5.3.	Outros Factores que Podem Afectar o Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água	57
5.3.1.	A falta de Meios Financeiros	57
5.3.2.	A Disponibilidade de Peças Sobressalentes	58
	Capítulo 6: Conclusões e Recomendações.....	61
6.1.	Resultados do Estudo	62
6.1.1.	Definição e Caracterização do Capital Social das Comunidades da Área de Estudo	62
6.1.2.	O Nível de Escolaridade das Comunidades da Área de Estudo.....	62
6.1.3.	Nível de Confiança e Cooperação Mútua entre as Comunidades	63
6.1.4.	Interesses e Participação das Comunidades nas Questões Públicas.....	63
6.1.5.	Impacto do Capital Social das Comunidades da Área de Estudo no Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água	64
6.1.5.1.	Participação Comunitária na Formação dos Comitês de Gestão de Água	64
6.1.5.2.	Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água	65
6.2.	Implicações Teóricas e Práticas do Estudo.....	66
6.3.	Recomendações.....	67
6.3.1.	Nível de Escolaridade das Comunidades da Área de Estudo.	67
6.3.2.	Nível de Confiança e Cooperação Mútua Entre as Comunidades	68
6.3.3.	Interesses e Participação das Comunidades nas Questões Públicas.....	68
6.3.4.	Participação Comunitária na Formação dos Comitês de Gestão de Água	69
6.3.5.	Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água.....	69
7.	Bibliografia	71
	Anexos	75
	Apêndices.....	78

Declaração de Honra

Eu, Ussene Issufo Remane Hassamo, declaro por minha honra que esta Dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau académico, seja nesta ou em qualquer outra Universidade. Ela é resultado do trabalho de investigação por mim realizado desde inícios de 2011.

Para a sua elaboração, recorri a muitas fontes escritas e orais, à pesquisa do campo e às orientações metodológicas e científicas do meu supervisor. Os conhecimentos obtidos das diversas fontes (escritas e orais ou de pesquisa de campo) foram citados nesta Dissertação de acordo com os princípios de Metodologia Científica.

Ussene Issufo Remane Hassamo

Dedicatória

Dedico esta Dissertação de Mestrado especialmente à memória da minha falecida tia Chamussia Ussene Faquir que tudo fez para me ver a atingir os níveis mais altos do domínio da ciência.

À minha mãe Cairunissa Ussene Faquir.

Aos meus filhos, Usla, Cairunissa, Chaqira, Shesia e Seisy.

Agradecimentos

Os meus profundos agradecimentos vão para o meu Supervisor, Prof. Dr. Fidelx Pius Kulipossa, pela forma sábia como me orientou durante a elaboração deste trabalho, pela confiança que depositou em mim e por todo o apoio científico e técnico que me prestou com vista à materialização deste estudo.

Agradeço também às comunidades rurais do Distrito de Inharrime, em particular, aos 180 agregados familiares inquiridos e aos respectivos líderes comunitários pelo tempo despendido e pela generosidade apresentada na abordagem dos assuntos tratados neste trabalho.

Um agradecimento especial vai para o Administrador do Distrito de Inharrime pela abertura e por ter permitido que este estudo tivesse lugar no território sob a sua jurisdição, envolvendo as populações daquela região.

Ao régulo Nhanombe, aos secretários dos Bairros, aos presidentes dos comitês de gestão de água e a todos os funcionários do SDPI, vão os meus sinceros agradecimentos.

Aos meus amigos Cassimo Fluce Abdula e Yasid Abdula por terem coordenado e apoiado no trabalho penoso de recolha de informação, o meu muito obrigado.

Aos docentes, colegas e funcionários do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrário da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da UEM pelo acompanhamento, ajuda e encorajamento que me prestaram durante o curso, vão extensivamente os meus agradecimentos.

Aos meus pais e filhos, o meu muito obrigado pelo amor, carinho e sobretudo pela atenção e paciência com que acompanharam o meu percurso estudantil.

A todos os que directa ou indirectamente contribuíram para o meu sucesso nesta etapa da caminhada estudantil, a conclusão do Mestrado, vai o meu muitíssimo obrigado.

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

- ABS - Australian Bureau of Statistic
AR - Assembleia da República
CENACARTA - Centro Nacional de Cartografia e Teledatação
DINAGECA - Direcção Nacional de Geografia e Cadastro
DNA - Direcção Nacional de Água
EP1 - Ensino Primário do Primeiro Grau
EPC - Ensino Primário Completo
INE - Instituto Nacional de Estatística
LOLE - Lei dos Órgãos Locais de Estado
MAE - Ministério da Administração Estatal
ONG - Organização Não Governamentais
PA - Política de Água
PESA-ASR - Plano Estratégico do Sector de Águas e Saneamento Rural
PRONASAR - Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural
PNA - Política Nacional de Água
PQG - Plano Quinquenal do Governo
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SDEJT - Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia
SDPI - Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas
UEM – Universidade Eduardo Mondlane
UNDP - United Nations Development Programme

Resumo

Na actualidade um dos grandes problemas da humanidade   a disponibilidade de água, principalmente no que se refere às fontes e técnicas para a obten o deste precioso líquido, daí que as comunidades são obrigadas a encontrar melhores formas de organiza o para garantirem a operacionalidade das fontes de abastecimento do mesmo.   neste contexto que surge o presente trabalho intitulado "O Capital Social e o seu impacto no funcionamento dos Comit s de gestão de água potável: O caso das Comunidades rurais do Distrito de Inharrime.

O estudo tem como principal objectivo analisar o impacto do capital social das comunidades rurais do distrito de Inharrime no funcionamento dos comit s gestão de  gua. Com efeito, o mesmo orienta-se por uma questão central que  , até que ponto o Capital Social das comunidades da área de estudo está suficientemente desenvolvido para assegurar o pleno funcionamento dos comit s de gestão de água e, a mesma procura se responder a partir de uma hipótese principal segundo a qual a ausência de "comunidades de facto" caracterizada pela falta de alguns elementos (escolariza o, confiança mútua, coopera o, interesse e participa o nas questões públicas), que definem o Capital Social duma comunidade, actua negativamente no funcionamento dos comit s de gestão de água nas comunidades rurais das quatro localidades estudadas, sendo depois apresentados conceitos e teorias que sustentam a pesquisa. A pesquisa foi desenvolvida a partir de vários métodos e técnicas de pesquisa, como a revisão bibliográfica, o estudo de caso, a observa o, as entrevistas semi-estruturadas, entre outros.

Com base nas linhas metodológicas traçadas, foram analisados e interpretados os dados empíricos recolhidos durante o trabalho de campo e apresentados em forma de variáveis que permitem examinar a veracidade da principal hipótese levantada no estudo. No fim a pesquisa apresenta os seus resultados que demonstram que as comunidades não têm o seu Capital social amplamente fortalecido, de modo a poder funcionar como um activo social favorável   participa o activa das comunidades nas questões cívicas que exigem o seu envolvimento, principalmente no que se refere ao funcionamento dos comit s de gestão de água potável, validando se a hipótese apresentada para a realiza o da pesquisa.

Palavras-chave: Comunidade, Capital Social, Participa o, Comit s de Gestão de  gua.

Capítulo 1: Introdução

1.1. Contextualização do Estudo

Sem água a vida na Terra seria impossível. É por esta razão que no Sistema Solar só o Planeta Terra se apresenta com vida. A água permite reacções químicas complexas e facilita a circulação de substâncias indispensáveis à constituição dos organismos. A água é, por isso, considerada um factor ecológico de primeira ordem, condicionando a distribuição dos seres vivos na Terra.

No entanto, a exploração deste recurso constitui, na actualidade, um dos grandes problemas da humanidade não só no que diz respeito às fontes e técnicas para a sua obtenção, mas também no que se refere à própria gestão da água disponível.

Em Moçambique, o problema da disponibilidade de água potável nas comunidades rurais continua no centro das atenções, havendo regiões do País onde a população chega a percorrer 10 quilómetros à procura de fontes de abastecimento de água. (PNUD, 2005)..

Deste modo, justifica-se que a Política de Água (PA) considere a água como sendo um recurso que deve ser usado de forma racional e sustentável de modo a promover o desenvolvimento nacional e o bem-estar da população (DNA, 2007).

Com efeito, no Distrito de Inharrime, nossa área de estudo, localizado na região sul da Província de Inhambane, o estudo pretende debruçar-se sobre a problemática da operacionalidade das fontes de abastecimento de água e a sua gestão ao nível do Distrito, procurando analisar como as comunidades rurais desta região se organizam e quais as formas que usam para tornar este recurso disponível. O estudo foi feito em 4 localidades daquele Distrito, designadamente, Dongane, Chacana, Nhapadiana e Mahalamba, pois apesar de o Distrito ser constituído por 5 localidades, uma dessas localidades corresponde à vila sede do Distrito, onde existe um sistema público de abastecimento de água potável e vários operadores privados a operarem no sector e que não são regidos pelos princípios de abastecimento de água às comunidades rurais, que é o princípio da procura, segundo a Política de Água.

1.2. Objectivos do Estudo

1.2.1 Objectivo geral:

- Analisar o impacto do capital social das comunidades rurais do Distrito de Inharrime no funcionamento dos comités gestão de água.

1.2.2 Objectivos específicos:

- Caracterizar os principais elementos que definem o Capital Social das comunidades da área de estudo,
- Explicar os principais interesses das comunidades locais em participar nas questões públicas,
- Explicar a influência do Capital Social das comunidades da área de estudo no funcionamento dos comités de gestão de água e,
- Propor melhores formas de organização e cooperação das comunidades rurais com vista à garantia do pleno funcionamento dos comités de gestão de água ao nível do Distrito de Inharrime.

1.3. Questões-chave e Hipóteses do Estudo

1.3.1. Questões-chave do Estudo

No Distrito de Inharrime existem várias fontes de abastecimento de água (furos convencionais, furos e poços tradicionais e outros) distribuídas pelas quatro localidades que constituem a área de estudo do presente trabalho. De acordo com a Política de Água, a comunidade beneficiária é a dona destas fontes, sendo, por isso, a entidade responsável pela sua gestão através da criação de comités de gestão de água, como forma de melhorar o seu acesso ao abastecimento de água potável (DNA, 2007).

No entanto, a realidade mostra que a maior parte das fontes se encontra degradada ou paralisada, como resultado de rompimento de anilhas ou varetas das bombas manuais, no caso dos furos convencionais, ou por falta de limpeza no interior dos furos e poços tradicionais, não havendo informação sobre as reais causas que levam as comunidades beneficiárias a terem dificuldades em repor estas fontes para garantirem o seu pleno

funcionamento e a disponibilidade da água potável. Este facto pode ser revelador de um deficiente funcionamento dos comitês de gestão de água criados ao nível das comunidades.

Neste contexto, o presente estudo pretende desenvolver uma reflexão sobre o impacto do Capital Social das comunidades no processo do funcionamento dos comitês de gestão de água e desenvolve-se a partir da seguinte questão-chave:

- Até que ponto o Capital Social das comunidades da área de estudo está suficientemente desenvolvido para assegurar o pleno funcionamento dos comitês de gestão de água?

1.3.2 Hipóteses:

Para responder à questão colocada, este estudo apresenta as seguintes hipóteses:

- A ausência de "comunidades de facto" caracterizada pela falta de elementos tais como: escolarização, confiança mútua, cooperação, interesse e participação nas questões públicas, que definem o Capital Social duma comunidade, actua negativamente no funcionamento dos comitês de gestão de água nas comunidades rurais das quatro localidades estudadas;

1.3.3 Justificação da Hipótese

O levantamento desta hipótese surge na tentativa de encontrar possíveis respostas ao problema de abastecimento de água potável às comunidades rurais pois, segundo o PNUD (2005), a disponibilidade deste recurso para todos constitui um dos principais indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano.

Por seu turno, a Política de Água considera que a água é um bem com valor económico e social, dada a sua importância para o desenvolvimento económico e para o melhoramento das condições sanitárias, por isso, é um recurso que deve ser usado de forma racional e sustentável, de forma a promover o desenvolvimento nacional e o bem-estar da população (DNA, 2007).

Neste contexto, apresentamos a hipótese que constitui a possível resposta ao problema identificado na área de estudo, conforme se explicita seguidamente.

Esta hipótese surge da constatação, no local de estudo, de várias fontes de abastecimento de água paralisadas, sem nenhuma informação clara sobre os reais motivos da inoperacionalidade destas fontes, o que pode ser revelador de falta de apropriação das mesmas por parte das comunidades, contrariando, deste modo, as responsabilidades que as comunidades têm no processo de gestão das fontes de abastecimento de água estabelecidas na Política de Água, nomeadamente:

- Organizarem-se para apresentar ao governo, propostas de melhoramento do seu sistema de abastecimento de água;
- Criarem comitês de água para assumirem as responsabilidades de gestão dos sistemas e das fontes;
- Criarem grupos de manutenção e reparação, destinados a garantir o funcionamento adequado das fontes;
- Assumirem a fonte como sua. (DNA: 2007).

A atribuição destas obrigações às comunidades pelo Estado pressupõe que estes estejam organizados e coloca em evidência o seu Capital Social. Segundo Higgins (2005), o Capital Social é um fenómeno de proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os seus actores e é capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que actuam muitos inovadores. Esta proximidade supõe relações sociais directas entre os actores.

No mesmo contexto de abordagem, Chenge e Johnson (1996:90) consideram que o Estado tem a responsabilidade social dos grupos economicamente baixos ou carentes, inclusive os de áreas rurais e deve fornecer água às populações que não possuem meios para desenvolver os recursos necessários. Em contrapartida, o Estado deve exigir aos beneficiários a sua contribuição na construção e operacionalização dos sistemas de abastecimento de água, daí que a gestão eficiente deste problema constitui um desafio de todos os intervenientes.

No entanto, no terreno verifica-se que apesar de os autores citados defenderem a necessidade de as comunidades rurais participarem na gestão das fontes de abastecimento de água, assumindo-as como sua pertença e estabelecendo parcerias com o governo, com

vista a promover a formação técnica de alguns membros das comunidades e por via disso garantir a manutenção das fontes, algumas comunidades não participam de forma activa no processo. Por conseguinte, existem casos em que as comunidades ficam privadas de água potável devido a pequenos problemas que podiam ser resolvidas ao nível da comunidade, com a actuação dos comitês de gestão de água criados a volta de cada fonte. Este facto pode estar relacionado com a falta de confiança mútua entre os membros da comunidade, a falta de interesse em participar nas questões públicas, assim como com a incapacidade das comunidades de apropriação dos bens públicos.

1.4. Resumo dos Capítulos do Trabalho

O presente trabalho está dividido em 6 capítulos. Neste primeiro capítulo, faz-se a apresentação e a contextualização do estudo, apresentam-se os objectivos do estudo, explicita-se a relevância do tema, discutem-se as questões-chave da pesquisa, apresentam-se as hipóteses e a respectiva fundamentação.

No segundo capítulo, intitulado “Quadro Conceitual e Teórico”, definem-se e discutem-se os conceitos-chave deste estudo, nomeadamente: Capital Social, procurando elucidar as diferentes acepções do mesmo e as teorias nelas subjacentes, assim como a sua importância na solução de vários problemas do dia-a-dia das comunidades. O conceito de comunidade, de uma forma geral, comunidade, no contexto moçambicano, e no contexto em que se realiza este estudo. Participação comunitária, com particular enfoque para as diferentes definições disponíveis, tipos de participação, suas características e condições de participação, à luz da percepção de diferentes cientistas sociais especializados no assunto.

Este capítulo aborda igualmente o panorama político de acesso a água em Moçambique, procurando interpretar os principais instrumentos orientadores do processo de fornecimento dos serviços de água no país, concretamente: A Política de Água, o Plano Estratégico do Sector de Águas e Saneamento Rural, o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural e a Legislação sobre a Descentralização.

O capítulo três, que se intitula “Metodologia de Investigação” é um dos fundamentais deste trabalho, pois é neste capítulo onde são operacionalizadas as variáveis e subvariáveis referidas nas hipóteses do estudo. Assim, tratando-se de variáveis que não podem ser observadas directamente no mundo empírico, houve a necessidade de sua operacionalização através de indicadores. Dado que a informação do estudo foi recolhida

em fontes primárias, privilegiou-se a interação de métodos para a sua obtenção. Com efeito, destacam-se a pesquisa bibliográfica, a observação, as entrevistas semi-estruturadas e o método de estudo de caso.

O quarto capítulo, intitulado “Definição e Caracterização do Capital Social das Comunidades da Área de Estudo” que também é crucial neste estudo, inicia com o exame da principal hipótese desta pesquisa, procurando provar a veracidade da mesma. Essa demonstração foi feita através da análise dos dados empíricos recolhidos durante o trabalho de campo e apresentados em forma de variáveis que, por sua vez, foram materializados através dos indicadores seleccionados.

Com efeito, este capítulo inicia igualmente a apreciação da percepção dos membros dos 180 agregados familiares inquiridos nas quatro comunidades rurais do Distrito de Inharrime que constituem o nosso objecto de estudo. Para o efeito, foram seleccionadas e examinadas três variáveis consideradas independentes, designadamente, nível de escolaridade, nível de confiança e cooperação mútua e interesse e participação em questões públicas que, por sua vez, foram decompostas em diferentes indicadores. A análise destas variáveis foi feita em função de três categorias de satisfação: “Muito satisfeito”, “Satisfeito” e “Não satisfeito”, usando uma escala estatística de zero a cem por cento.

A análise e interpretação crítica das percentagens obtidas em cada um dos indicadores destas variáveis, mostrou que as comunidades apresentam um nível de Capital Social muito baixo, o que esvazia a contribuição do mesmo na solução dos problemas da vida quotidiana das mesmas comunidades, principalmente no que se refere à sua influência no funcionamento dos comitês de gestão de água.

O Capítulo 5 “Impacto do Capital Social das Comunidades da Área de Estudo no Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água”, à semelhança do anterior, continua a fazer a verificação da principal hipótese deste estudo, a partir dos dados empíricos obtidos na realização do trabalho de campo. Por conseguinte, este capítulo examina o comportamento da variável dependente deste estudo, concretamente, o impacto que o baixo nível do Capital Social pode ter no funcionamento dos comitês de gestão de água.

Para melhor se perceber o comportamento desta variável, a mesma foi subdividida em duas sub-variáveis, a saber, a participação comunitária na formação dos comitês de gestão de água e o funcionamento dos respectivos comitês, por sua vez, decompostas em vários

indicadores. A interpretação dos indicadores destas duas sub-variáveis foi feita com base nos critérios já adoptados no capítulo precedente para a análise dos indicadores das variáveis, designadamente “Muito satisfeito”, “Satisfeito” e “Não satisfeito”.

Com base na análise crítica feita às percentagens obtidas a partir dos indicadores das duas subvariáveis, concluiu-se que o baixo nível do Capital Social das comunidades tem um impacto negativo no funcionamento dos comités de gestão de água, que constitui a variável depende da principal hipótese deste estudo, provando desse modo a veracidade da mesma.

No sexto e último capítulo, intitulado “Conclusões e Recomendações”, apresenta-se a síntese geral do estudo, que está dividida em três partes. A primeira parte faz uma retrospectiva sobre os objectivos, questão-chave do estudo e a hipótese levantada para responder à questão-chave, assim como se resume de que forma a hipóteses foi operacionalizada. A segunda incide sobre os resultados principais do estudo, a partir da análise efectuada nos capítulos quatro e cinco e apresenta as suas implicações teóricas e práticas. E, por fim, a terceira parte apresenta as recomendações gerais susceptíveis de solucionar alguns dos problemas identificados no estudo.

Depois deste capítulo, segue-se a bibliografia utilizada para elaboração deste estudo, os anexos e os apêndices.

Capítulo 2: Quadro Conceitual e Teórico

Para melhor se perceber o impacto do Capital Social das comunidades rurais do Distrito de Inharrime no funcionamento dos comitês gestão de água, julgamos ser necessário clarificar, de forma resumida, os principais conceitos deste estudo e os respectivos quadros teóricos, de modo a compreender-se em que sentido os mesmos serão explorados na análise bem como a relação que se estabelece entre eles.

2.1. Capital Social: Conceito, Perspectivas e Atribuições

Putnam (1996:177) define Capital Social como sendo as características da organização social como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas.

Por seu turno, Martinelli e Joyal (2004) consideram que o Capital Social é um processo de inovação, de construção de um ambiente produtivo e dinâmico no qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração de cadeias produtivas e de redes sociais e económicas, ampliando as oportunidades, gerando trabalho e renda, criando bases de sustentabilidade e crescimento.

Já o Banco Mundial refere-se ao Capital Social como recursos tais como informações, ideias, apoios que os indivíduos ou entidades representativas, por categorias, são capazes de incorporar em virtude das suas relações (World Bank, 2002).

Em todos conceitos de Capital Social aqui apresentados, os autores convergem na ideia de que o Capital Social é formado com intuito de gerar benefício social e que o mesmo depende do nível de confiança dos membros da comunidade, como garantia para a criação de um ambiente propício à participação.

De facto, é do tipo de padrão estrutural de participação que depende o Capital Social e esta participação das pessoas dificilmente vai existir sem um contexto social favorável, sem o ambiente de fé no esforço colectivo que favoreça a formação de uma unidade entre os membros, internamente e na própria comunidade em geral. (Putnam, 1996).

Por isso, a noção de Capital Social é uma espécie de força que é destinada a responder a um dos mais decisivos mitos da civilização moderna, o de que a sociedade não é um conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar os objectivos a que

chegam independentemente uns dos outros, mas sim o funcionamento do sistema social consiste na combinação destas acções dos indivíduos independentes. (Coleman, 1990:300).

A ideia de capital social pressupõe, assim, uma unidade de forças e não uma acção individual, de modo que os seus objectivos não são estabelecidos de maneira isolada e o seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um activo de capital de que os indivíduos podem dispor.

Higgins (2005) refere que o Capital Social aparece então como instrumento para a solução dos dilemas da acção colectiva, sendo a confiança a raiz de acumulação de Capital Social, não podendo ser reduzida apenas a relação entre dois ou mais indivíduos.

No concernente aos tipos, Schneider (2005) distingue três tipos de Capital Social, conforme as expressões originais: Bonding, bridging e linking. O primeiro caracteriza-se por ligações fortes entre grupos mais ou menos homogéneos, que têm experiências comuns como, por exemplo, entre membros de famílias, vizinhos, comunidades, grupos de mulheres, etc. Este tipo de Capital Social tem um carácter mais informal e voluntário, sendo constituído por pessoas que têm experiências similares e estão relacionadas às questões de vida familiar, vizinhança e crenças religiosas.

Os outros tipos, bridging e linking, referem-se às redes que se estabelecem a partir de relações mais abrangentes e externas às experiências quotidianas dos cidadãos. O primeiro, bridging, é relativo às ligações menos profundas, porém mais abrangentes, estabelecidas entre grupos mais heterogéneos e plurais. Seus membros têm formação, conhecimentos e experiências diversas como, por exemplo, membros de partidos, clubes desportivos, grupos profissionais, etc. Enquanto o segundo, linking, refere-se às ligações com pessoas e grupos que estão em posição de poder ou de influência, quer sejam ligadas à economia ou política. Este tipo também diz respeito às ligações dos indivíduos com as instituições formais.

2.2. O papel do Capital Social no Funcionamento dos Comités de Gestão de Água.

O Capital Social permite construir uma comunidade de valores e de intenções, através de um ambiente de cooperação, de troca de informação e da preocupação comum com a formação dos membros das comunidades, constituindo, desta forma, redes sociais muito fortes.

A existência de redes sociais bem desenvolvidas que unem os membros da comunidade também reduz os custos de transacção. Pessoas bem integradas dentro das redes sociais ficam mais informadas sobre onde, por exemplo, encontrar recursos e conhecimentos necessários para a realização de qualquer actividade, reduzindo assim os custos de procura. As redes sociais reforçam os mecanismos de obediência às normas que guiam os relacionamentos entre os membros dos grupos (Productivity Commission, 2003: 15-20).

De igual forma, a disseminação de conhecimentos e inovações entre os membros das redes sociais é facilitada pelos laços de confiança, fidelidade e reciprocidade que unem os membros da comunidade.

Uma investigação feita pelo Bureau de Estatística Australiano (ABS) explica que o Capital Social tem grande influência no sector da educação, formação e emprego, na segurança da comunidade, na redução do nível de criminalidade e na melhoria da justiça, na coesão das famílias, na saúde pública, na maneira como a artes, a cultura, o desporto e a recreação são praticados, no sector da habitação, nos transportes e na planificação urbana, no trabalho voluntário e na maneira como os assuntos da mulher são tratados (Australian Bureau of Statistic, 2002: 11-19; Smith, 2001: 3-4; 7-9; Putnam, 1996: 288-290). Pela ideia dos autores percebe-se que onde estes indicadores do Capital Social são fracos, o desenvolvimento comunitário torna-se difícil.

Casaroto Filho e Pires (2001:100) afirmam que não existe uma receita para a aquisição destes pressupostos, mas deve existir um mínimo de consenso em torno de um projecto comum de desenvolvimento que deve responder a 5 requisitos essenciais, a saber:

- a) Mobilizar os actores sociais em torno de uma ideia;
- b) Contar com estes actores não apenas na execução mas na própria elaboração do projecto;

- c) Realizar o projecto em um tempo definido;
- d) Definir um projecto orientado para o desenvolvimento das actividades do território;
- e) Criar uma entidade de gestão que expresse a unidade.

Referindo-se particularmente à gestão comunitária das fontes de água potável, Shaw (1999) considera que a gestão comunitária da água depende de vários factores, nomeadamente:

- Conceito e conhecimento da comunidade sobre a água;
- Desejo da comunidade em ter um nível geral aceitável de serviços de fornecimento e qualidade de água;
- Desejo de participar no desenho, implementação e manutenção de infra-estruturas;
- Desejo e disponibilidade para pagar pelos serviços, em dinheiro ou em géneros.
- Capacidade de cooperação e ajuda mútua entre as comunidades;
- Interesse em participar nas questões públicas.

Estes factores, indispensáveis para a solução do problema de gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento de água, dependem do nível de educação, organizações comunitárias e aperfeiçoamento dos hábitos das comunidades rurais e são os mesmos que os autores citados anteriormente apontam como principais elementos do Capital Social das comunidades.

Os mesmos elementos podem possibilitar, em última análise, a construção de um novo sujeito colectivo do desenvolvimento que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região, pois o Capital Social é produtivo e possibilita a realização de certos objectivos que doutra forma seriam inalcançáveis, provando-se o quão importante é este recurso social no melhoramento das condições de vida das comunidades rurais em geral e, em particular na gestão das fontes de abastecimento de água.

Provavelmente seja neste contexto que surge um dos objectivos da Política de Água, a saber: definir estratégias que possam providenciar serviços de acordo com os desejos e as capacidades económicas das comunidades beneficiárias e, assim, melhorar a sustentabilidade dos sistemas (DNA, 2007).

Este objectivo decorre da constatação de Moçambique apresentar um agravamento gradual da escassez de água potável, em algumas áreas, definindo-se como um dos grandes desafios do futuro, o melhoramento do abastecimento de água potável, tanto para as populações urbanas como para as comunidades rurais.

Por isso, a Política de Água considera como sendo imprescindível definir o papel dos vários intervenientes, desde a busca, tratamento, funcionamento e consumo de água (DNA, op cit).

2.3. Comunidade

O conceito de comunidade tem uma multiplicidade de significados, de acordo com o contexto em que se insere. Segundo Carmo (1999), o termo é aplicado para designar pequenos agregados rurais (aldeias, localidades) ou urbanos (quarteirões, bairros), mas também para se referir a grupos profissionais (tais como, comunidade médica, comunidade científica) ou a sistemas mais complexos como países, regiões ou mesmo o mundo visto como um todo.

Porém, uma característica une todas estas designações, isto é, a presença duma semelhança que confere uma identidade ao sistema designado por comunidade, que determina uma fronteira entre os elementos que lhe pertencem e os que lhe são alheios.

Para Barry Checkoway, comunidade pode ser concebida como uma unidade relativamente pequena de solução de problemas de uma sociedade. É através dela que as pessoas tomam iniciativa e agem colectivamente para a solução de problemas comuns. Neste sentido, comunidade é simultaneamente um instrumento de intervenção e um meio de participação dos membros da sociedade no processo de desenvolvimento (Checkoway, 1995:3-4).

Comunidade também pode ser considerada como uma fonte de influência e do poder através da qual deriva o potenciamento (empowerment) e a representação, sejam eles advindo de canais de acção política formal ou informal, representativa ou participativa, contrariando o sentido partilhado de falta de poder ou alienação - um conceito de

comunidade cuja legitimidade deriva da ciência política (Burns, Hambleton and Hoggett, 1994:225)

Das contribuições dos vários autores sobre o conceito de comunidade, emergiu um conjunto de elementos que se devem considerar quando se pretende ter uma ideia sobre comunidade:

- Alto grau de intimidade pessoal;
- Relações sociais afectivamente alicerçadas;
- Compromisso moral;
- Coesão social;
- Continuidade no tempo;

2.3.1. O Conceito de Comunidade no Contexto Moçambicano

A complexidade do conceito de ‘comunidade’ está também patente nos documentos oficiais de Moçambique. Por exemplo, a Lei de Florestas e Fauna Bravia (Lei No. 10/99) define o conceito de ‘comunidade local’ como sendo pessoas e agrupamento de famílias que vivem numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior:

Comunidade local: agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da sua protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água, áreas de caça e de expansão (Ministério de Agricultura e Pescas, 1999: 2).

O Decreto 11/2005, por sua vez, define ‘comunidade local’ como o conjunto de população e pessoas colectivas que vivem nas províncias, nos distritos e postos administrativos, na localidade e na povoação:

A comunidade local é o conjunto de população e pessoas colectivas compreendidas numa determinada unidade de organização territorial, nomeadamente província, distrito, posto administrativo, localidade e povoação, agrupando famílias, que visam a salvaguarda de interesses comuns, tais como a protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, quer sejam cultivadas ou em pousio, florestas, lugares de importância cultural, pastagens, fontes de água, áreas de caça e de expansão (Assembleia da República, 2005: 95).

A vantagem da primeira definição reside na inclusão de uma dimensão territorial relativamente reduzida e, por isso, passível de ser usada adequadamente no âmbito deste estudo. Com efeito, este estudo vai incidir sobre comunidades que vivem nas localidades e povoações.

2.3.2. Participação Comunitária

Participação é um conceito cuja definição, por si só, significa o envolvimento directo (tomar parte) em actividades políticas, sociais, económicas ou culturais com outras pessoas. Todavia, Andrew Pearse e Matthias Stiefel definem participação como esforço organizado para aumentar o controlo dos recursos e das instituições reguladoras em determinadas situações sociais por parte de grupos e movimentos até agora excluídos de tal controlo (Pearse and Stiefel, 1979: 11).

Para os mesmos autores a luta pela participação das pessoas implica uma tentativa de redistribuição tanto do controlo dos recursos como do poder a favor daqueles que vivem da sua própria força de trabalho.

A definição de participação proposta por Pearse e Stiefel enfatiza o poder e os recursos porque, tal como eles argumentam, ‘a proliferação da pobreza está em função da concentração do poder e da monopolização dos recursos’ (Pearse and Stiefel, op cit).

Segundo o Programa das Nações para o Desenvolvimento (UNDP),

Participação significa que as pessoas estão intimamente envolvidas nos processos económicos, sociais, culturais, e políticos que afectam as suas vidas. As pessoas podem, em alguns casos, ter um controlo completo e directo sobre estes processos, em outros casos, o controlo pode ser parcial ou indirecto. O mais importante é que as pessoas tenham acesso ao processo de tomada de decisões e ao poder. Participação, neste sentido, é um elemento essencial do desenvolvimento humano (UNDP, 1993: 21).

Baseando-se nesta definição, o Programa das Nações para o Desenvolvimento destaca quatro formas de participação: (1) participação ao nível do agregado familiar, (2) participação económica, (3) participação social e cultural e (4) participação política (1993: 22-23).

Considerando estas acepções, pode-se considerar que em qualquer contexto social existe sempre um certo grau de participação. O mais importante é saber que grau e que tipo de participação existem, os quais variam em função dos diferentes contextos sociais. Por

exemplo, Pretty, (1995) distingue sete tipos de participa o, descrevendo-lhes as suas características, como ilustra a tabela.

Tabela 1: Tipos de participa o e suas características, segundo Pretty (1995)

Tipos de Participa�o	Caracter�sticas
Auto-mobiliza�o	As pessoas participam ao tomarem iniciativas para mudar sistemas, independentemente das institui�es externas. Elas desenvolvem contactos com as institui�es externas para obter recursos e conselho t�cnico que precisam, mas ret�m o controlo sobre como os recursos s�o utilizados. A auto-mobiliza�o pode expandir-se se os governos e as ONGs providenciarem um quadro forte de apoio. Tal auto-iniciada mobiliza�o pode ou n�o desafiar a distribui�o da riqueza e do poder existentes.
Participa�o por Consulta	As pessoas participam quando s�o consultadas ou respondem a perguntas. Os agentes externos definem os problemas, o processo de recolha da informa�o, assim como o controlo de an�lise. Tal processo consultativo n�o concede qualquer partilha na tomada de decis�es e os profissionais n�o est�o sob qualquer obriga�o de tomar em considera�o os pontos de vista das pessoas consultadas.
Participa�o Interactiva	As pessoas participam na an�lise conjunta, no desenvolvimento de planos de actividades ou no fortalecimento das institui�es locais. A participa�o � vista como um direito e n�o apenas como um meio de alcan�ar os objectivos do projecto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que procuram perspectivas m�ltiplas e fazem uso sist�mico e processos estruturados de aprendizagem. Como os grupos tomam o controlo sobre as decis�es locais e determinam como os recursos dispon�veis s�o usados, eles t�m um interesse de manter as

	estruturas ou pr�ticas.
Participa�o por Incentivos Materiais	As pessoas participam com recursos como, por exemplo, m�o de obra em troca de comida, dinheiro ou outros incentivos materiais. Os agricultores podem oferecer os seus campos e a sua m�o-de-obra, mas n�o est�o envolvidos nem na experimenta�o nem no processo de aprendizagem. Esta pr�tica tem sido comumente realizada como um tipo de participa�o, mas as pessoas n�o t�m tido interesse de prolongar essas tecnologias ou pr�ticas quando os incentivos terminam.
Participa�o Passiva	As pessoas participam quando s�o informadas sobre o que foi decidido ou j� aconteceu. Isto envolve an�ncios unilaterais pela administra�o ou pela direc�o do projecto sem se escutar as reac�es das pessoas. A informa�o que se partilha s� pertence aos profissionais externos.
Participa�o Manipulativa	A participa�o � simplesmente uma pretens�o, com os representantes das ‘pessoas’ nos conselhos oficiais, sem que estas possam ser eleitas nem exercer algum poder.
Participa�o Funcional	A participa�o � vista pelas ag�ncias externas como um meio para alcan�ar os objectivos do projecto, especialmente a redu�o dos custos. As pessoas participam formando grupos para satisfazer objectivos predeterminados relacionados com o projecto. Tal envolvimento pode ser interactivo e pode envolver partilha na tomada de decis�es, mas tende a surgir s� depois de maiores decis�es terem sido j� tomadas pelos agentes externos. No pior, as pessoas locais podem s� ser cooptadas para servir os objectivos externos.

Fonte: Pretty, J. (1995: 1252).

Efectivamente, a distin o destes tipos de participa o   útil para propósitos analíticos e para debates   volta desta problemática.

No quadro deste estudo, participação comunitária define-se como sendo o envolvimento activo e consciente das pessoas ao nível comunitário em todas etapas do desenvolvimento comunitário, ou seja, desde o desenho à implementação e avaliação de projectos de desenvolvimento e outras actividades económicas, políticas, sociais e culturais. Neste processo, deve-se dar à comunidade a voz e o poder de decisão e controlo e, onde não seja possível decidir e controlar, ela deve ter a capacidade de influenciar o processo de tomada de decisões através das suas instituições locais legítimas e representativas.

2.3.5. Panorama Político do Acesso a Água em Moçambique

Os principais instrumentos que orientam a abordagem de fornecimento dos serviços de água no país são os seguintes:

A Política Nacional de Água (PNA): Aprovada pelo Governo, em 1995, e revista em Agosto de 2007 de modo a dar uma maior aceleração no cumprimento dos objectivos do desenvolvimento do Milénio e emprestar uma outra dinâmica no processo de abastecimento de água no meio rural através de uma maior responsabilização dos utentes na gestão e manutenção das fontes de água. Tendo passado a designar-se Política de Água (PA), embora com o mesmo estatuto político nacional da anterior.

A Política de Água é um instrumento de orientação que define princípios e normas do sector, sua visão, objectivos e políticas principais, bem como os aspectos ligados ao abastecimento de água e saneamento para o desenvolvimento económico, as cheias e a seca, a gestão integrada dos recursos hídricos e, por fim, os aspectos transversais de natureza económica e financeira, a participação do sector privado, o quadro institucional e legal e a capacitação institucional. Para o abastecimento de água rural, a Política de Água determina que o nível mínimo de serviço é uma fonte equipada com uma bomba manual que sirva 500 pessoas com um consumo de 20 litros/dia/pessoa.

De acordo com a Política de Água, as principais opções tecnológicas consideradas no país são os poços ou furos equipados com bombas manuais, sistemas de captação das águas das chuvas, nascentes protegidas, assim como pequenos e grandes sistemas de abastecimento de água.

O Plano Estratégico do Sector de Águas e Saneamento Rural (PESA-ASR): Descreve a actual divisão de responsabilidades entre os diferentes actores e a evolução prevista a

curto e a longo prazo, considerando os processos de descentralização e privatização em curso. Os objectivos do PESA-ASR são: 1) melhorar a qualidade, aumentar a cobertura e a sustentabilidade; 2) alargar o leque de opções tecnológicas; 3) descentralizar e dinamizar instituições e recursos humanos; 4) relacionar a planificação e o financiamento com a evolução do modelo de descentralização.

O padrão para a cobertura de abastecimento de água rural em Moçambique é o seguinte, de acordo com o PESA, 2007:

População Dispersa: Um furo/ poço equipado com uma bomba manual abastecendo 500 pessoas (cerca de 100 famílias), situado num raio de 500 metros ou uma nascente protegida que abastece 500 pessoas.

População em Vilas ou Grandes Aglomerados: Uma ligação domiciliária ou uma torneira de quintal familiar ou fontenária pública para 500 pessoas, consumindo 20 litros/dia.

O Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2005-2009 constitui o instrumento mãe de orientação do processo de governação, que define pilares estratégicos de água e saneamento. As metas nacionais definidas para o sector coincidem com as do desenvolvimento do milénio assumidas pelo país.

PRONASAR – Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural: trata-se de um esforço conjunto entre Governo e parceiros de desenvolvimento, incluindo a sociedade civil, e as comunidades com vista a acelerar as coberturas de água e saneamento no meio rural, segundo os Objectivos Desenvolvimento do Milénio. O desafio é de elevar a taxa de cobertura do abastecimento de água até 70% e a de saneamento até 5% em 2015. Este programa visa operacionalizar e implementar o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PESA-ASR) no período de 2006 a 2015, os pilares estratégicos do Sector de Águas e Saneamento no âmbito do Plano Quinquenal 2010-2014, e o pilar do capital humano do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 - PARPA II.

Legislação sobre Descentralização (Lole): a lei dos Órgãos Locais do Estado (Lei 8/2003) e o respectivo Regulamento (Decreto 11/2005) estabelecem princípios e normas de organização, competência e funcionamento dos órgãos locais do Estado nos escalões de

província, distrito, posto administrativo e localidade. Dentre outras competências, cabe aos Governos Distritais “prestar serviços e realizar investimentos de interesse público, nomeadamente, o abastecimento de água”. Por outro lado, esta lei define como competência do Governo Provincial supervisionar a implementação do plano e orçamento provincial, bem como as acções dos órgãos locais do Estado dos escalões de distrito, posto administrativo e localidades.

Analisando-se o conjunto dos documentos acima mencionados, verifica-se que o país dispõe de um sistema regulador de acesso à água potável rico. Além disso, pode-se perceber que há uma maior descentralização de responsabilidades, funções e competências, o que mediante uma boa implementação pode trazer bastantes ganhos para as comunidades locais.

Capítulo 3: Metodologia do Trabalho

Este capítulo procura clarificar a metodologia que foi utilizada para a concretização dos objectivos deste estudo, através da operacionalização das hipóteses, identificação das variáveis independentes e dependentes e dos respectivos indicadores. Igualmente, procede-se à descrição dos métodos específicos usados na recolha dos dados. A adopção destes procedimentos metodológicos foi fundamental no estabelecimento de uma relação estreita entre o objecto estudado e os métodos seleccionados para o estudo.

3.1. Operacionalização da Hipótese

A hipótese principal deste estudo foi apresentada na secção 1.3 e resume-se no seguinte:

- A falta de certos elementos tais como: A escolarização, cooperação, confiança mútua, interesse e participação nas questões públicas, definitórios do Capital Social de uma comunidade, actua negativamente na gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento de água às comunidades rurais na área deste estudo.

3.1.1. Identificação das Variáveis Independentes da Hipótese

A selecção das variáveis e dos respectivos indicadores da principal Hipótese do estudo foi feito com base no Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), considerado pelo Banco Mundial (2002) como um dos melhores instrumentos para a avaliação quantitativa das dimensões do Capital Social, conjugados com os elementos apresentados por outros autores como Putnam (1996) e Higgins (2005), como sendo os que definem e caracterizam o Capital Social das Comunidades, tais como: confiança e solidariedade, acção colectiva e cooperação, informação e comunicação, coesão e inclusão social, autoridade e acção política. Assim, as principais variáveis deste estudo coincidem os principais elementos apresentados na hipótese em como sendo deficitários nas comunidades e, resumem se no seguinte:

- Nível de escolaridade,
- Nível de confiança e cooperação mútua,
- Interesse e participação em questões públicas.

3.1.2. Variável Dependente da Hipótese:

- Funcionamento dos comitês de Gestão de água, cuja percepção e interpretação do seu comportamento motivaram a sua subdivisão em duas subvariáveis, a saber, a participação comunitária na formação dos Comitês de Gestão de Água e o funcionamento dos respectivos comitês.

3.1.2 Identificação dos Indicadores de Cada uma das Variáveis Independentes

1. Indicadores do Nível de Escolaridade

- Grau de alfabetização ou nível académico de cada membro das comunidades,
- Grau de acesso às instituições de ensino que os membros da comunidade têm,
- Qualidade de saúde dos membros da comunidade,
- Grau de acesso dos membros da comunidade aos serviços de saúde,
- Qualidade de higiene dos membros da comunidade,
- Grau de conhecimento da Política de Água

2. Indicadores do Nível de Confiança e Cooperação Mútua

- Grau de confiança generalizada entre os membros da comunidade,
- Nível de coesão social entre os membros da comunidade local,
- Grau de confiança existente entre os membros da comunidade e seus representantes,
- Nível de união entre os membros da comunidade e de outras comunidades,
- Grau de partilha de experiência de vida e de conhecimento acumulado ao longo da vida entre os membros da comunidade,
- Nível de apoio mútuo entre os membros da comunidade,

- Grau de divisão de trabalho entre os membros da comunidade,
- Nível de colaboração entre as redes sociais locais e das outras comunidades,
- Nível de parceria entre as organizações da comunidade e as ONGs nacionais e estrangeiras,
- Complementaridade entre os membros da comunidade na realização de diversas actividades.

3. Indicadores do Interesse em Participar nas Questões Públicas.

- Capacidade dos representantes locais de incentivar, valorizar e apoiar iniciativas locais,
- Grau de satisfação em relação às consultas feitas pelo Governo Distrital às comunidades sobre as acções a serem levadas a cabo ao nível local,
- Grau de envolvimento dos membros da comunidade na prestação de serviços necessitados pela comunidade local,
- Quantidade e qualidade de parcerias existentes entre os vários provedores de serviços de abastecimento de água e a comunidade local,
- Grau do aumento de exigência da comunidade na melhoria dos serviços prestados pelo Governo Distrital,
- Grau de satisfação em relação à periodicidade e frequência das reuniões comunitárias,
- Grau de envolvimento dos representantes da comunidade na tomada de decisões sobre os serviços a serem prestados na comunidade,
- Grau de satisfação em relação a prestação de contas por parte do Governo Distrital no concernente aos projectos e programas implementados nas comunidades locais.

3.1.3 Identificação dos Indicadores das duas Subvariáveis da Variável Dependente

1. Participação Comunitária na Formação dos Comitês de Gestão de Água

- Grau de disponibilidade das comunidades em participar no processo de formação dos comitês de gestão de água,
- Grau de obrigatoriedade dos membros da comunidade de fazerem parte dos comitês,
- Grau de participação da comunidade na eleição dos líderes de comitês,
- Grau de satisfação sobre a capacidade dos líderes de persuadir os membros da comunidade a fazerem parte dos comitês de gestão de água,
- Grau de satisfação em relação ao número de pessoas que têm aderido aos comitês,
- Grau de satisfação em relação à divulgação das actividades ordinárias dos comitês,
- Grau de satisfação relativamente ao apoio prestado pelo Governo na formação dos comitês de gestão de água.

2. Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água

- Grau de satisfação sobre as modalidades de formação dos Comitês de Gestão de Água,
- Grau de satisfação relativamente à colaboração do membro do Comité de Gestão de Água,
- Nível de formação técnica dos membros dos Comitês de Gestão de Água para a reparação das fontes,
- Tempo que a comunidade leva para repor uma fonte avariada,
- Tipo de relacionamento que os Comitês de Água estabelecem com o Governo Distrital,

- Parcerias que os Comitês de Água têm com as ONG's nacionais e estrangeiras,
- Nível de pagamento de quotas mensais por parte dos membros dos Comitês de Gestão de Água,
- Nível de prestação de contas pelos comitês aos seus membros,
- Destino dos fundos resultantes da contribuição dos membros.

3.2 Tipo de Pesquisa

Segundo Sanchez (2007), as pesquisas podem ser classificadas em qualitativas e quantitativas. Este autor afirma que as pesquisas qualitativas se caracterizam por usar métodos qualitativos enquanto as quantitativas se caracterizam por usar métodos quantitativos.

Os métodos qualitativos consideram a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito de pesquisa, que não se pode captar puramente através de números. Com efeito, estes métodos focalizam o processo e procuram usar sobretudo o método indutivo. Os métodos quantitativos, por sua vez, usam sobretudo análises estatísticas para fazer inferências e tirar conclusões.

Este estudo privilegia a interação dos métodos qualitativos e quantitativos por considerar que estes se complementam e favorecem análises mais profundas, que não se poderiam alcançar com o uso de um dos métodos isoladamente. Para uma abordagem concreta dos métodos usados, apresentam-se de seguida os métodos específicos usados na recolha de dados:

Métodos Qualitativos

Neste grupo foram usados os seguintes métodos e técnicas de recolha de dados: *pesquisa bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas e observação.*

Pesquisa Bibliográfica

Consistiu na consulta da literatura que aborda questões relacionadas com a gestão da água e o papel do capital social na resolução dos problemas das comunidades; documentos

básicos do sector nacional de água e instituições interessadas, construindo uma base de comparação das abordagens teóricas sobre a problemática do abastecimento de água às comunidades rurais nalgumas regiões do mundo e em Moçambique, em particular. Esta consulta bibliográfica permitiu a elaboração de um quadro teórico sobre a temática em estudo.

Entrevistas Semi-estruturadas

São abordagens em que se tem como objectivo elucidar ao máximo as terminologias usadas pelo usuário, de maneira, menos tendenciosa possível. Esta técnica permite ao pesquisador não seguir à risca um conjunto de questões previamente estabelecidas mas, sim, efectuar perguntas de maneira mais oportuna, dependendo da necessidade e do rumo da entrevista (Karine, 2009).

Para este estudo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a um total de 17 pessoas que representam os diferentes actores ao nível do Distrito sobre o assunto nomeadamente: O Administrador do Distrito, o Director do Serviço Distrital de Planeamento Físico e Infra-estruturas (SDPI) e dois técnicos deste sector, os quatro Presidentes das Localidades da área de estudo, quatro líderes comunitários, o representante da autoridade tradicional e, quatro chefes dos comitês de gestão de água. O objectivo destas entrevistas era de perceber a sua sensibilidade sobre o papel do Capital Social no funcionamento dos comitês de gestão de água nas suas comunidades.

Observação

Segundo Adriane e Réjean (2006), a observação é um elemento básico numa investigação científica, sendo apropriada particularmente para a pesquisa de campo (qualitativo-descritiva, exploratória ou experimental) ou pesquisa de laboratório. A observação é uma fonte de colecta de dados, que utilizando os sentidos, busca informações sobre determinados aspectos da realidade, podendo ajudar o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito dos objectivos orientadores da sua pesquisa. No entanto, uma observação com cunho científico deve estar relacionada à pesquisa em questão, ter planeamento sistemático, ter registo metódico, estar sujeita a verificação e controlo sobre a validade e segurança nas perguntas e nas respostas dadas.

Ander (1978) classifica a observação quanto à forma e tipo. Quanto à forma o autor identifica dois principais tipos de observação: observação não estruturada ou assistemática e observação estruturada ou sistemática.

A observação não estruturada ou assistemática é espontânea, informal, livre, ocasional. As informações e o conhecimento são conseguidos a partir de situações espontâneas, não manipuladas, exigindo do observador atenção e concentração nos acontecimentos e interações ocorridas no ambiente da pesquisa. Não necessita de maiores investimentos no planeamento e no controlo prévio.

Por seu turno, a observação estruturada ou sistemática é realizada em condições controladas, com vistas ao alcance dos objectivos, é também conhecida como planeada, controlada ou estruturada e requer maiores cuidados em relação ao planeamento, uma vez que utiliza instrumentos (guião do que observa) para a colecta de dados.

Em relação ao tipo, o mesmo autor também identifica dois principais tipos de observação: observação não participante e observação participante. Considera observação não participante como aquela que exige que o pesquisador actue como espectador, observando de fora sem influir ou incluir-se no grupo, na comunidade ou na realidade em questão. Este tipo de procedimento não dispensa o compromisso do observador, de saber o que quer e como quer buscar, pelo que supõe igualmente um trabalho prévio de preparação.

A observação participante, por sua vez, é aquela que exige a participação efectiva do observador junto da comunidade ou grupo, envolvendo-se e confundindo-se com ele, tentando-se com isso aproximar o observador do observado (s), de forma a possibilitar que este vivencie as mesmas situações, ganhando a confiança do (s) envolvido (s) e dando os devidos esclarecimentos, considerando sempre o sistema de referência do pesquisador. O grande desafio deste tipo de observação é o de manter a objectividade.

Esta observação é também denominada natural, quando o observador faz parte do grupo ou da comunidade investigada ou artificial, quando o pesquisador se integra na comunidade, mas sem pertencer àquele meio.

Neste trabalho, quanto à forma aplicou-se a observação estruturada ou sistemática, dado que se baseou num guião com pontos específicos de observação. No que se refere ao tipo foi usada a observação não participante visto que o pesquisador não teve tempo suficiente

para se integrar nas comunidades e viver com os membros das mesmas, o que o permitiria se sentir parte do dia-a-dia das suas vidas. As observações eram feitas durante os dias de trabalho e as pessoas estavam cientes de que estavam a lidar com um pesquisador.

Estudo de Caso

Segundo GIL (2007), o estudo de caso consiste numa análise profunda e exaustiva de um ou poucos objectos, de modo a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento, sendo que os seus resultados são apresentados em aberto. O seu propósito é explorar situações da vida real com maiores detalhes, num contexto específico e num determinado período.

Com efeito, este trabalho constitui um estudo de caso, já que procura analisar um objecto que se configura como um aspecto particular da vida de um conjunto limitado de comunidades e num período determinado, isto é, estuda-se o impacto do Capital Social no funcionamento dos comitês de água nas comunidades rurais do Distrito de Inharrime, onde se procura perceber a relação existente entre a necessidade do fortalecimento do Capital Social e o funcionamento pleno dos comitês de gestão de água.

Em termos temporais, o estudo cobre o período compreendido entre os anos 2007 e 2011. A escolha deste período justifica-se pelo facto de o ano de 2007 ter sido o ano em que se reformulou a antiga Política Nacional de Água para dar uma maior celeridade no cumprimento dos objectivos do desenvolvimento do Milénio e imprimir uma outra dinâmica no processo de abastecimento de água no meio rural. Para tal, adoptou-se como estratégia uma maior responsabilização dos utentes na gestão e manutenção das fontes de água.

Por outro lado, 2011 é o ano em que a Política de Água, designação adoptada na reforma de 2007, completou os seus primeiros cinco anos de existência, pelo que este estudo procura perceber que mudanças ocorreram nos referidos cinco anos no processo de abastecimento de água às comunidades rurais.

Esta periodização é sustentada por GIL (op cit), que considera que é possível realizar estudos de caso em períodos relativamente curtos e produzirem-se resultados fiáveis e úteis para os visados e para outras pesquisas sobre o mesmo objecto.

Método Quantitativo

Para este métodos foi usado o inquérito como instrumento de recolha de dados junto aos agregados familiares das quatro comunidades abrangidas por este estudo, com o objectivo de colher as opiniões dos mesmos sobre o funcionamento das fontes de abastecimento de água, sua participação na gestão e manutenção das mesmas, de forma a identificar as suas

principais potencialidades e limitações. Tal como se referiu na selecção das variáveis e dos respectivos indicadores, na concepção do Inquérito também procurou-se adaptá-lo ao Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), considerado pelo Banco Mundial como um dos melhores instrumentos para a avaliação quantitativa das dimensões do Capital Social, daí que na elaboração do inquérito procurou-se respeitar as seis dimensões do QI-MCS, a saber: grupos e redes, confiança e solidariedade, acção colectiva e cooperação, informação e comunicação, coesão e inclusão social, autoridade e acção política (Banco Mundial, 2002). No entanto, foram feitas também questões gerais que pudessem ajudar na percepção do modo de vida das comunidades em análise.

A área de estudo é constituída por cerca de 16.108 agregados familiares (INE, 2007) e, foram inquiridos 180 agregados (ver a tabela 3), escolhidos com a ajuda de um líder comunitário de cada comunidade e, sendo como requisito fundamental a residência no local a mais de cinco anos. Apesar do número dos agregados familiares inquiridos ser relativamente baixo, consideramos que o mesmo é razoável para a compreensão do fenómeno em estudo e, tem o suporte de Oliver (2008) que refere que amostras de pelo menos 100 agregados permitem fazer inferência para estudos exploratórios.

.Tabela 3: Distribuição dos agregados familiares inquiridos na área de estudo

Posto Administrativo	Localidades	Agregados familiares inquiridos
Inharrime- Sede	Dongane	45
	Chacane	45
Mocumbi	Mahalamba	45
	Nhapadiane	45
Total	4	180

Fonte: Adaptação do autor com base nos dados do trabalho de campo

3.3 Análise de Dados

Para a análise de dados quantitativos, usou-se o pacote estatístico SPSS (Pacote Estatístico para Ciências Sociais) versão 11.5 que possibilitou a inserção de dados e a elaboração de tabelas de frequências e os valores percentuais. As frequências indicam o número de vezes que cada variável foi observada. Os valores percentuais representam as frequências em percentagens. Os dados qualitativos provenientes de entrevistas semi-estruturadas e

observações foram usados para discutir e explicar as tendências quantitativas apresentadas nas tabelas.

3.4 Limitações do Estudo

A dinâmica social traz consigo mudanças constantes, cujo impacto se situa muitas vezes fora das previsões feitas, sendo por isso difícil prevê-lo, o que constitui um constrangimento uma vez que não facilita a coordenação e a sistematização dos aspectos em mutação.

Outros aspectos que se podem considerar como uma limitação do estudo são: dificuldades financeiras e logísticas, visto que o pesquisador vive na cidade de Maputo e não teve nenhum financiamento para a pesquisa, daí que teve que recorrer a fundos próprios (salário) para a realização do estudo. A não disponibilização de informações por parte das estruturas político-administrativas aos níveis provincial e distrital constituiu uma outra dificuldade.

No entanto, ciente de todas as dificuldades acima descritas, consideramos que o trabalho apresenta uma autenticidade científica e alguns aspectos de utilidade prática para a população local e para as autoridades político-administrativas da área de estudo.

Capítulo 4: Definição e Caracterização do Capital Social das Comunidades da Área de Estudo

Este capítulo analisa os resultados obtidos no trabalho de campo no concernente à caracterização do Capital Social das comunidades da área de estudo. A referida análise baseia-se nas respostas obtidas no decurso das entrevistas e inquéritos feitos nas quatro comunidades que constituem o objecto de estudo desta pesquisa, procurando responder à hipótese inicialmente levantada. Os resultados estatísticos serão apresentados em quadros e interpretados de forma qualitativa de modo a construir-se uma visão sobre os aspectos que, segundo as comunidades, afectam o Capital Social e, por conseguinte, o funcionamento dos comitês de gestão de água ao nível das mesmas.

4.1 Breve Localização Geográfica da Área de estudo

O Distrito de Inharrime localiza-se na costa Sudeste da Província de Inhambane, com a superfície de cerca de 2525 Km² distribuídos por dois postos administrativos, a saber, Mocumbi, com cerca de 1629 Km² e Inharrime Sede, com cerca de 1115 Km².

Em termos astronómicos, o distrito de Inharrime situa-se entre as latitudes das coordenadas 24° e 10'S, parte Setentrional e 24° 37'S, parte Meridional e entre as longitudes 34° 8'E, parte Ocidental e 35° 22'E, parte Oriental. (CENACARTA, 2011).

Faz limite com os distritos de Jangamo a Norte e Zavala a Sul. A Este é banhada pelo oceano Índico. A Oeste é limitado pelos distritos de Panda e Homoíne e a Sudeste por uma pequena faixa do distrito de Manjacaze – Província de Gaza. (Anexo 1).

4.2 Características Gerais dos Agregados Familiares Inquiridos

Como se referiu no capítulo III, a amostra definitiva definida para este trabalho foi de 180 agregados familiares, distribuídos pelas 4 localidades estudadas.

Os resultados do inquérito mostram que foram inquiridos mais homens (61.1%) do que mulheres, o que se deve em parte ao facto de o inquérito ter definido como seu principal interlocutor o chefe do agregado familiar e, nesta região, a maior parte dos agregados familiares são chefiados por indivíduos de sexo masculino. Por outro lado, a pesquisa não se orienta pela questão de género. Em relação à idade, os dados mostram que os inquiridos são maioritariamente adultos entre 35 e 59 anos de idade (63,8%), facto que se deve em

parte às consequências do êxodo rural, pois a maior parte dos jovens tende a emigrar para os centros urbanos à procura de melhores oportunidades de vida.

Quanto ao estado civil, mais do que a metade dos inquiridos vivem em união de factos (83%). No que toca ao nível académico, a maior parte dos inquiridos tem apenas o nível primário de ensino (60%). Relativamente à ocupação, a maior parte dos agregados familiares inquiridos são camponeses (66.6%) e, finalmente, no que diz respeito à composição dos agregados familiares, a maior parte destes são constituídos por 5 membros (81,2%). Este número de membros de agregados familiares não foge muito da realidade geral do Distrito pois, segundo III Recenseamento Geral da População, a composição dos agregados familiares no Distrito de Inharrime varia de 5 a 6 membros (INE, 2007).

Estas características dos agregados familiares têm algumas implicações no comportamento de algumas variáveis que serão analisadas no presente estudo. Por exemplo, o nível de escolaridade tem implicações directas na qualidade do Capital Humano das comunidades. Com efeito, indivíduos com o nível de escolaridade baixo, como é o caso das comunidades estudadas, apresentam também o Capital Humano baixo. Por outro lado, indivíduos com idade adulta (35-59) tendem a ter maior experiência de vida, o que pode influenciar na qualidade do seu Capital Humano e na maior ponderação nas escolhas dos estilos de vida a seguir, principalmente no que tange à união, confiança e cooperação, elementos que serão discutidos nos capítulos subsequentes.

4.3 Principais Elementos que Definem e Caracterizam o Capital Social das Comunidades da Área de Estudo

Segundo a hipótese levantada neste estudo, os principais elementos que definem o Capital Social das comunidades são o nível de escolaridade, a confiança e cooperação mútua e a participação em questões públicas, que constituem as variáveis independentes deste trabalho. Com efeito, o comportamento destas variáveis será caracterizado em detalhe através de indicadores pré-seleccionados e apresentados no capítulo anterior. A análise e interpretação destes indicadores serão feitas com base nos dados recolhidos no campo e em função de três categorias distintas: “Muito satisfeito”, “Satisfeito” e “Não satisfeito”, usando uma escala estatística de zero a cem por cento.

4.3.1 O Nível de Escolaridade das Comunidades da Área de Estudo

Na variável “nível de escolaridade” foram tomados em conta cinco indicadores, de acordo com as três categorias mencionadas no parágrafo anterior, como se ilustra na tabela 4.

Tabela 4: Nível de Escolaridade das Comunidades da Área de Estudo

Indicadores		Não Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Total
Grau de alfabetização ou nível académico dos membros da comunidade	N	119	61	0	180
	%	66%	34%	0	100%
Grau de acesso às instituições de ensino disponíveis na comunidade	N	126	54	0	180
	%	70%	30%	0	100%
Qualidade de saúde dos membros da comunidade	N	76	104	0	180
	%	42%	58%	0	100%
Grau de acesso dos membros da comunidade aos serviços de saúde	N	115	65	0	180
	%	64%	36%	0	100%
Qualidade de higiene dos membros da comunidade	N	144	36	0	180
	%	80%	20%	0	100%
Grau de conhecimento da Política de Água	N	180	0	0	180
	%	100%	0	0	100%

De acordo com os resultados da tabela acima, todos os indicadores analisados na variável nível de escolaridade tiveram altas percentagens na categoria “não satisfeito” e uma percentagem nula na categoria “muito satisfeito”, à excepção do indicador “qualidade de saúde dos membros da comunidade” que teve uma percentagem alta (58%), na categoria “satisfeito”. Esta percentagem pode estar ligada ao facto de a maior parte dos membros da comunidade não ter conhecimento se goza ou não de boa saúde, já que realiza as suas actividades quotidianas normalmente e também por não dispor, no geral, dos serviços de saúde.

Como se disse a maioria dos indicadores apresentou altas percentagens na categoria “não satisfeito”, a saber: grau de alfabetização ou educação dos membros da comunidade (66%), grau de acesso as instituições do ensino (70%), grau de acesso dos membros da comunidade aos serviços de saúde (64%), grau de acesso à água potável e à qualidade de higiene pelos membros da comunidade (80%), grau de conhecimento da Política de Água (100%).

Em geral, os inquiridos consideram que as altas taxas de insatisfação destes indicadores estão directamente relacionadas com o difícil acesso aos serviços básicos de educação, saúde e água potável. Este aspecto foi também evidenciado nos dados fornecidos pelas estruturas político-administrativas do Distrito. Por exemplo, em relação à educação, segundo os dados dos SDEJT, apenas a Vila Sede do Distrito tem instituições do ensino secundário, designadamente, a Escola Secundária 04 de Outubro e a Escola Profissional Domingos Sálvio, esta última pertencente a Igreja Católica. As outras localidades estão servidas apenas com escolas do nível primário do 1º e 2º ciclo, por vezes muito distantes das moradias dos seus potenciais beneficiários. (Ver anexo 2).

Por outro lado, mesmo com a introdução de programas de alfabetização de adultos, estes não têm tido os resultados desejados, na medida em que os visados consideram que a sua principal agenda diária é a procura de alimentos e que a alfabetização não irá mudar a condição das suas vidas.

Estas dificuldades de acesso à educação fazem com que o Distrito apresente um índice de analfabetismo bastante elevado que, segundo os dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação, é de 60 %, (INE, 2007). Este elevado índice de analfabetismo faz com que as comunidades tenham dificuldades de conhecer e interpretar vários documentos e legislações que veiculam conteúdos informativos do seu interesse e benefício, como é o caso da Política de Água, de que todos os inquiridos afirmaram não ter conhecimento, o que retira às comunidades a possibilidade de exigência dos seus direitos ao Governo local.

Em relação ao sector de saúde, os entrevistados consideram que o mesmo é bastante deficitário, tanto no que se refere às infra-estruturas e equipamento sanitário como nos recursos humanos alocados para este sector, pois o Distrito conta com apenas dois centros de saúde que funcionam como unidades sanitárias de referência, localizados um na Sede do Distrito e outro no Posto Administrativo de Mocumbi, sendo que os restantes pontos dos postos administrativos e localidades têm apenas postos de saúde servidos somente por auxiliares de enfermagem.

No que toca ao abastecimento de água, segundo os dados do SDPI, o Distrito conta actualmente com 110 furos de água para abastecer a cerca de 90000 mil habitantes, correspondentes à população rural daquele Distrito, obrigando a população a percorrer grandes distâncias para encontrar uma fonte de abastecimento de água e situando o rácio fonte de água e universo de pessoas abastecidas acima de 500 pessoas, o preconizado na Política de Água (DNA, 2007). No entanto, como se afirmou nos parágrafos anteriores, as comunidades desconhecem a Política de Água, o que faz com que as mesmas não tenham como reclamar ou reivindicar qualquer direito em relação a esta matéria.

As altas percentagens na categoria “não satisfeito” mostram que as comunidades apresentam um nível de escolaridade baixo, que é o mesmo que dizer que as comunidades têm um Capital Humano diminuto, situação que resulta de um longo processo de falta de oportunidades na vida, como o acesso a educação, saúde, água e saneamento, constituindo desta maneira a primeira dificuldade no processo de desenvolvimento do Capital Social. Como argumenta Putnan (1996:122), cidadãos com um Capital Humano baixo sentem-se explorados, alienados, impotentes e menos eficazes no processo de implementação de projectos colectivos que visem o bem comum.

Ainda sobre o mesmo aspecto, Temple (2002:40) considera que o nível de escolaridade é fundamental para o desenvolvimento individual e traz consigo inúmeros benefícios no desenvolvimento da comunidade através da participação activa do indivíduo nos assuntos da comunidade (saúde pública, ambiente, questões políticas, etc.).

Por sua vez, Sem (2003:299) desenvolve uma reflexão similar ao considerar que o nível de educação dos indivíduos produz maior felicidade e liberdade de escolha na sua vida.

Como se pode deprender, todos os autores citados são unânimes em considerar que o nível de escolaridade dos indivíduos é o ponto de partida para o seu desenvolvimento e para a sua contribuição no desenvolvimento da comunidade. Assim, com o nível de escolaridade baixo das comunidades em estudo, não dispõem do primeiro requisito para a construção do Capital Social ao nível da comunidade e terão dificuldades para resolver os problemas decorrentes do funcionamento ou avarias das fontes de abastecimento de água tal como se desenvolve no capítulo 5.

4.3.2 O Nível de Confiança e Cooperação Mútua entre as Comunidades

Durlauf e Fafchamps (2004) definem confiança como uma expectativa otimista ou crença a respeito do comportamento dos vários agentes de uma comunidade. Por seu turno, Mateju e Vitavosk (2000) afirmam que a cooperação é a capacidade de dividir e compartilhar os custos das operações nas várias actividades ao nível da comunidade. Os autores consideram que depois do nível de escolaridade, a confiança e a cooperação são os elementos preponderantes no processo de formação do Capital Social das comunidades.

É neste contexto que esta variável será analisada a partir de dez indicadores seleccionados, com o objectivo de perceber como esta variável se comporta ao nível das comunidades em análise. A análise será desenvolvida, segundo as três categorias apresentados anteriormente, designadamente: muito satisfeito, satisfeito e não satisfeito, como se apresenta na tabela 5.

Tabela 5: Nível de Confiança e Cooperação Mútua Entre as Comunidades

Indicadores		Não Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Total
Grau de confiança generalizada entre os membros da comunidade	Nt	133	47	0	180
	%	74%	26%	0	100%
Grau de coesão social entre os membros da comunidade local	N	144	36	0	180
	%	80%	20%	0	100%
Grau de confiança existente entre os membros da comunidade e seus representantes	N	157	23	0	180
	%	87%	13%	0	100%
Nível de união entre os membros da comunidade e de outras comunidades	N	167	13	0	180
	%	93%	7%	0	100%
Grau de partilha de experiência de vida e de conhecimento acumulado ao longo da vida entre os membros da comunidade	N	144	36	0	180
	%	80%	20%	0	100%
Grau de apoio mútuo entre os membros da comunidade	N	74	106	0	180
	%	41%	59%	0	100%
Grau de divisão de trabalho entre os membros da comunidade	N	76	104	0	180
	%	42%	58%	0	100%

Nível de colaboração entre as redes sociais locais e de outras comunidades	N	122	58	0	180
	%	68%	32%	0	100%
Grau de parceria entre as organizações da comunidade e as ONGs nacionais e estrangeiras	N	126	54	0	180
	%	70%	30%	0	100%
Complementaridade dos membros da comunidade na realização de diversas actividades	N	70	110	0	180
	%	39%	61%	0	100%

Dos dez indicadores analisados nesta variável, três tiveram altas percentagens na categoria de satisfação “satisfeito”, a saber: grau de complementaridade dos membros da comunidade na realização de diversas actividades (61%), grau de apoio mútuo entre os membros da comunidade (59%), grau de divisão de trabalho entre os membros da comunidade (58%). Interrogamo-nos, por que razão estes indicadores tiveram altas percentagens na categoria de satisfação “satisfeito”.

As razões podem ser várias, no entanto, elas podem estar directamente ligadas às primeiras manifestações do primeiro tipo de capital social, segundo a categorização de Schneider (2005), citado no capítulo 2.

Segundo o autor em referência, este tipo de Capital Social é designado de Bonding ou de Vínculo e, é caracterizado por ligações fortes entre grupos mais ou menos homogêneos, que têm experiências comuns como, por exemplo, entre membros de famílias, vizinhos, comunidades, etc. Este tipo de Capital Social tem um carácter informal e voluntário e é constituído por pessoas que têm experiências similares de vida. O apoio mútuo, a divisão do trabalho e a complementaridade dos membros da comunidade são manifestações de carácter voluntário e de vínculos que as pessoas têm umas com as outras ao nível da comunidade, daí que se pode enquadrar estas percentagens altas na manifestação deste tipo de Capital Social.

As pessoas unem-se em função das proximidades que elas têm entre si e ajudam-se no desenvolvimento de várias actividades, como sejam lavoura, sementeira e outras

atividades desenvolvidas ao nível da comunidade, porém esta união é de pequenos grupos¹.

Este depoimento reforça a ideia da existência, no seio das comunidades, do Capital Social de vínculo, caracterizado por ligações de pessoas próximas com características mais ou menos semelhantes. Porém, ainda na sua categorização, Schneider (op.cit) refere que o mesmo não é suficiente para tornar as comunidades mais prósperas e coesas necessitando de ser complementado pelo Capital Social de ponte e de conexão (Bridging e linking).

Na abordagem do mesmo assunto, Knack (1999) considera que os laços intra-familiares ou de indivíduos com características homogêneas não são tão salutares comparativamente às ligações que se operam entre indivíduos ou comunidades com características heterogêneas, uma vez que produzem maiores liberdades entre as comunidades.

A partir da abordagem dos autores citados, percebe-se claramente que as altas percentagens dos três indicadores na categoria “satisfeito”, embora se constituam como primeiros sinais de construção de Capital Social, não são suficientes para garantir o bem-estar da comunidade, devendo ser complementados por outros dois tipos de Capital Social anteriormente referidos, que serão analisados através da interpretação dos outros indicadores desta e de outras variáveis deste trabalho.

De seguida, analisar-se-ão os resultados obtidos nos restantes sete indicadores desta variável. Segundo os resultados apresentados na tabela acima, estes indicadores apresentam percentagens elevadas na categoria de satisfação “não satisfeito”, como se apresenta a seguir.

Nível de união entre os membros da comunidade e de outras comunidades (93%), grau de confiança existente entre os membros da comunidade e seus representantes (87%), grau de coesão social entre os membros da comunidade local (80%), grau de partilha de experiência de vida e de conhecimento acumulado ao longo da vida entre os membros da comunidade (80%), nível de colaboração entre as redes sociais locais e outras comunidades (68%), grau de confiança generalizada entre os membros da comunidade (74%) e grau de parceria entre as organizações da comunidade e as ONGs nacionais e estrangeiras (70%).

¹Entrevista com o Régulo Nhanombe. (02.02.2011)

Que razões poderão ter levado a que estes sete indicadores apresentassem altas percentagens na categoria de satisfação “não satisfeito”?

Primeiro, deve-se referir que apesar da existência do apoio mútuo, da divisão de trabalho e da complementaridade entre os membros da comunidade, que constituem os pressupostos básicos da construção do Capital Social de vínculo (bonding Social Capital), existem certas deficiências no funcionamento de outros elementos principais deste tipo de Capital Social. Nomeadamente, a falta de coesão social, a falta de partilha de experiências e conhecimento acumulado ao longo da vida e a falta de confiança entre os membros da comunidade, o que sugere que mesmo o Capital Social de vínculo não está totalmente construído no seio da comunidade.

O segundo aspecto a considerar prende-se com a dificuldade que as comunidades envolvidas neste estudo têm de estabelecer cooperação com outras comunidades da mesma região, de modo a compartilharem modos de vivência e experiências na resolução de diferentes problemas que apoquentam as comunidades, daí a insatisfação no indicador nível de união com outras comunidades.

O outro aspecto apresentado pelos inquiridos é o desconhecimento da existência de redes sociais no seio das comunidades, o que dificulta, por um lado, o intercâmbio entre as mesmas e, por outro lado, entre estas e as várias ONGs que operam nas comunidades. Por exemplo, os inquiridos afirmam que não existe uma colaboração entre as organizações locais e as organizações comunitárias, não existem parcerias com as várias ONGs nacionais e estrangeiras que operam na região, o que gera as dificuldades que as comunidades têm em estabelecer parcerias para promover o seu desenvolvimento.

Estas constatações revelam a inexistência do Capital Social de ponte (bridging Social Capital) ao nível das comunidades pois, segundo a categorização de Schneider (2005), são as parcerias entre grupos heterogéneos que ultrapassam os limites da vizinhança, familiaridade, procurando incorporar membros de diferentes redes sociais. Esta situação fragiliza as iniciativas da comunidade no processo de resolução de seus problemas devido à incapacidade de estabelecer parcerias mais longas e fora do seu ambiente de convivência.

Esta reflexão é também desenvolvida por Fukuyama (2002), que considera que em muitos Países em desenvolvimento existe uma abundância de redes sociais tradicionais e isoladas,

carecendo de aumento do raio de confiança e de actuação das mesmas no sentido de imprimir uma nova dinâmica no processo de desenvolvimento das comunidades.

Este facto foi confirmado pelas comunidades em estudo ao afirmarem que não existem contactos entre os membros das várias comunidades e as suas redes sociais, o que dificulta o desenvolvimento do Capital Social de ponte (bridging Social Capital), o que mais impulso dá na união e actuação colectiva das comunidades com vista à melhoria das suas condições de vida, daí explicarem-se as altas percentagens de insatisfação nestes indicadores.

4.3.3 Interesses e Participação das Comunidades nas Questões Públicas

Como se definiu no capítulo 2 deste trabalho, participação é um esforço organizado para aumentar o controlo dos recursos e das Instituições reguladoras de várias situações sociais que envolvem grupos e movimentos até agora excluídos de tal controlo (Pearse and Stiefel, 1979).

Por seu turno, o Banco Mundial considera que a participação das comunidades nas questões públicas constitui o grau mais elevado do Capital Social (Linking Social Capital) e depende do fortalecimento dos primeiros níveis de Capital Social, analisados nas secções anteriores, relativos aos outros indicadores (World Bank, 1994).

Deste modo, para perceber o nível de participação das comunidades locais nas questões públicas foram seleccionados oito indicadores, igualmente analisados segundo as categorias de satisfação que vem sendo usadas neste trabalho: muito satisfeito, satisfeito e não satisfeito.

Tabela 6: Interesses e Participação das Comunidades nas Questões Públicas

Indicadores		Não satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Total
Capacidade dos representantes locais de incentivar, valorizar e apoiar iniciativas locais	N	126	54	0	180
	%	70%	30%	0	100.0%
Consultas feitas pelo Governo Distrital às comunidades sobre as acções a serem	N	137	43	0	180
	%	76%	24%	0	100.0%

O Capital Social e o Seu Impacto no Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água Potável:
O Caso das Comunidades Rurais do Distrito de Inharrime

levadas a cabo ao nível local					
Grau de envolvimento dos membros da comunidade nos mecanismos de prestação de serviços necessitados pela comunidade local	N	101	79	0	180
	%	56%	44%	0	100.0%
Quantidade e qualidade de parcerias existentes entre os vários provedores de serviços de abastecimento de água e a comunidade local	N	151	29	0	180
	%	89%	16%	0	100.0%
Grau de exigência da comunidade para a melhoria de serviços prestados pelo Governo Distrital	N	14	166	0	180
	%	8%	92%	0	100.0%
Grau de satisfação em relação à periodicidade e frequência das reuniões comunitárias	N	157	23	0	180
	%	87%	13%	0	100.0%
Grau de envolvimento dos representantes da comunidade na tomada de decisões sobre os serviços a serem prestados na comunidade	N	130	50	0	180
	%	72%	28%	0	100.0%
Grau de satisfação em relação a prestação de contas por parte do Governo Distrital no concernente aos projectos e programas implementados nas comunidades locais.	N	137	43	0	180
	%	76%	24%	0	100.0%

Observando-se esta tabela, nota-se que apenas um indicador teve percentagem elevada na categoria “satisfeito”, concretamente, o grau de exigência da comunidade na melhoria de serviços prestados pelo Governo Distrital com 92%. É natural que os inquiridos tenham afirmado que sempre exigem ao Governo a melhoria na construção de escolas, hospitais, fontes de água quando um dirigente visita as comunidades ou quando é feito algum comício por um dirigente. Porém, exigências deste tipo não são suficientes para tornar activa a participação das comunidades nas questões públicas e melhorar a sua qualidade de vida.

Os restantes sete indicadores tiveram altas percentagens na categoria de satisfação “não satisfeito” designadamente: quantidade e qualidade de parcerias existentes entre os vários provedores de serviços de abastecimento de água e os representantes das comunidades (89%), grau de satisfação em relação a periodicidade e frequência das reuniões comunitárias (87%), grau de satisfação em relação às consultas feitas pelo Governo Distrital às comunidades sobre as acções a serem levadas a cabo ao nível local (76%), grau de satisfação em relação a prestação de contas por parte do Governo Distrital no concernente aos projectos e programas implementados nas comunidades locais (76%), grau de envolvimento dos representantes da comunidade na tomada de decisões sobre os serviços a serem prestados na comunidade (72%), capacidade dos representantes locais de incentivar, valorizar e apoiar iniciativas locais (70%) e grau de envolvimento dos membros da comunidade nos mecanismos de prestação de serviços necessitados pela comunidade local (56%).

Como se explicam as altas percentagens registadas nestes indicadores de insatisfação?

Deve-se referir, antes de mais, que estas altas percentagens de insatisfação não são surpreendentes se tomarmos em consideração os resultados obtidos na análise dos indicadores das outras variáveis apresentada nas secções anteriores.

Primeiro, as altas percentagens de insatisfação em relação à capacidade dos representantes locais de incentivar, valorizar e apoiar as iniciativas locais impede que as comunidades esboquem planos ou projectos comunitários necessários para a melhoria da sua qualidade de vida, pois tais acções não encontram um acolhimento ou apadrinhamento por parte dos representantes locais, fazendo com que as comunidades se sintam retraídas em participar com as suas ideias no processo de desenvolvimento local.

O segundo aspecto levantado pelos inquiridos é a ausência de periodicidade das reuniões ordinárias, tanto para discussão dos vários assuntos das comunidades como para planificação conjunta das actividades que devem ser implementadas como forma de levar a cabo projectos e programas de desenvolvimento local. Os inquiridos reclamam igualmente a forma como as agendas e as convocatórias são elaboradas, pois consideram que muitas vezes são convocadas com pouco tempo de antecedência e muitas vezes as reuniões são orientadas por agentes político-partidários com agendas ligadas aos partidos.

Por outro lado, a insatisfa o em rela o às consultas feitas pelo Governo Distrital no âmbito da implementa o de projectos ao nível local e a respectiva presta o de contas está relacionada com o desconhecimento que as comunidades têm sobre os seus direitos, resultante dos baixos níveis de escolaridade destas comunidades, conforme o que foi discutido no ponto 4.2.1. Por fim, a falta de envolvimento das comunidades e dos seus representantes nos mecanismos de presta o de serviços necessários para as comunidades pode estar relacionado com a falta de coesão social e partilha de experiências ao nível da comunidade como foi analisado na sec o 4.2.2.

Este distanciamento entre as comunidades e os representantes locais faz com que as comunidades tenham dificuldades em estabelecer parcerias com o sector público, privado e com as ONG s nacionais e estrangeiras que operam nas comunidades, o que tem como consequência as altas percentagens de insatisfa o em rela o a quantidade e qualidade de parcerias existentes entre os provedores de serviço abastecimento de água e as comunidades, assunto igualmente analisado no ponto 4.2.2.

Esta realidade concorre para que as comunidades tenham uma participa o deficitária nas questões públicas pois, segundo Schneider (2005), a participa o nas questões públicas depende do grau de confiança e reciprocidade de todos os elementos das comunidades como um todo, caso contrário, haverá fragmenta o de interesses das mesmas no processo de participa o pública.

O Banco Mundial (1994), por sua vez, refere que o interesse e a participa o nas questões públicas   o grau mais elevado da liberdade das comunidades e depende de uma boa coesão horizontal dos vários segmentos das comunidades.

Isto significa que o baixo nível de escolaridade, a falta de confiança e coopera o mútua nas comunidades e a ausência de uma conexão entre as comunidades e os representantes locais reflecte-se na maneira como as mesmas participam nas quest es públicas, aliados   falta de cultura de presta o de contas dos governantes locais  s comunidades no concernente   implementa o de projectos de seu interesse. Este facto também   corroborado por Fukuyama (2002) que afirma que em Países onde n o existe leis que obriguem os governantes a prestarem contas sobre todos os projectos implementados nas comunidades registam-se dificuldades de participa o activa das comunidades nas questões públicas.

Como consequência de todos estes aspectos analisados têm-se que, apesar da Lei 8/2003 e o seu regulamento institucionalizarem a participação activa das comunidades locais, as mesmas não têm encontrado mecanismos apropriados de operacionalização e implementação da prática de participação activa nos processos que decidem a sua qualidade de vida. Deste modo, a participação das comunidades em análise é do tipo passiva (ver tabela 1, capítulo 2), uma vez que as pessoas são informadas sobre o que já foi decidido e implementado nas suas comunidades, sem poderem exercer qualquer influência na concepção ou na tomada de decisões sobre os diferentes projectos comunitários, sendo a concepção e implementação destas actividades da inteira responsabilidade dos governos locais.

Esta análise da realidade encontrada nas comunidades sobre a sua participação nas questões públicas revela que as comunidades não dispõem do terceiro nível do Capital Social, isto é, o Capital Social de conexão, o que constitui uma grande limitação no processo de funcionamento dos comitês de gestão de água que será abordado no capítulo 5.

Capítulo 5: Impacto do Capital Social das Comunidades da Área de Estudo no Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água

No capítulo 4, analisámos e interpretámos os principais elementos que definem e caracterizam o Capital Social das comunidades. Assim, neste capítulo, pretende-se analisar o impacto que o Capital Social pode ter no funcionamento dos comitês de gestão de água instituídos pela Política de Água como forma de as comunidades assumirem as fontes de abastecimento de água como suas, devendo-se organizarem para garantir a sua gestão e manutenção.

Para melhor percebermos a influência do Capital Social no funcionamento dos comitês de gestão de água, passaremos a analisar a variável dependente do estudo “o funcionamento dos comitês de gestão de água” que como se afirmou no capítulo 3, foi subdividido em duas sub-variáveis, a saber, a participação comunitária na formação dos comitês de gestão de água e o funcionamento dos respectivos comitês.

A interpretação dos indicadores destas duas sub-variáveis será feita com base nos mesmos critérios adoptados para a análise dos indicadores das variáveis anteriores, designadamente: muito satisfeito, satisfeito e não satisfeito.

5.1. Participação Comunitária na Formação dos Comitês de Gestão de Água

Nesta sub-variável serão analisados sete indicadores que nos irão ajudar a entender o nível de participação das comunidades no funcionamento dos comitês de gestão de água, como ilustra a tabela abaixo.

Tabela 7: Participação Comunitária na Formação dos Comitês de Gestão de Água

Indicadores		Não satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Total
Disponibilidade da comunidade em participar no processo de formação dos comitês de gestão de água	N	63	108	9	180
	%	35%	60%	5%	100%
Obrigatoriedade dos membros da comunidade de fazerem parte dos comitês	N	169	11	0	180
	%	94%	6%	0	100%
Participação da comunidade na eleição dos líderes de comitês	N	135	45	0	180
	%	75%	25%	0	100%
Capacidade dos líderes de persuadir os membros da comunidade para fazerem parte dos comitês de gestão de água	N	129	29	22	180
	%	72%	16%	12%	100.0%
Número de pessoas que têm aderido aos comitês	N	144	36	0	180
	%	80%	20%	0	100%
Divulgação das actividades ordinárias dos comitês	N	151	29	0	180
	%	84%	16%	0	100%
Apoio prestado pelo Governo na formação dos comitês de gestão de água	N	165	13	2	180
	%	92%	7%	1%	100%

Analisando a tabela acima, constata-se que apenas o primeiro indicador desta sub-variável teve alta percentagem na categoria “Satisfeito”, a saber, disponibilidade da comunidade em participar no processo de formação dos comitês de gestão de água (60%).

Por que é que este indicador teve alta percentagem de satisfação? É lógico que as pessoas procuram, numa primeira abordagem, dar a perceber que estão disponíveis a participar ou a desenvolver qualquer actividade para o benefício da comunidade, tal como vimos na análise do indicador sobre as exigências que a comunidade faz ao Governo local (ver tabela 6), o que constitui uma tentativa de mostrar que o problema não está do seu lado, mas sim do lado dos outros. No entanto, a partir da interpretação de outros indicadores

desta sub-variável percebe-se que as comunidades têm muitas dificuldades em participar no processo da formação dos comitês de gestão de água.

Assim, com excepção do indicador apresentado no parágrafo anterior, os restantes seis indicadores tiveram altas percentagens na categoria “não satisfeito”, concretamente: grau de obrigatoriedade dos membros da comunidade de fazerem parte dos comitês (94%), grau de participação da comunidade na eleição dos líderes de comitês (75%), grau de satisfação em relação ao número de pessoas que têm aderido aos comitês (80%), grau de satisfação em relação à divulgação das actividades ordinárias dos comitês (84%), nível de prestação de contas dos comitês e seus membros (92%), destino dos fundos resultantes da contribuição dos membros (96%).

Como explicar que as comunidades se sintam insatisfeitas em relação à sua participação na formação dos comitês de gestão de água?

Como vimos no capítulo 4 deste trabalho, o Capital Social das comunidades em estudo apresenta um nível muito baixo, principalmente no que se refere ao Capital Social de conexão, analisado com base nos indicadores da variável interesse e participação nas questões públicas. Por conseguinte, esta baixa participação pública das comunidades terá o seu reflexo na participação comunitária em actividades específicas que exigem dos membros das comunidades o seu empenho.

Constituem exemplo disto, os comitês de gestão de água cujo pleno funcionamento necessita da entrega total de todos os membros das comunidades, conforme preconizado na Política de Água que, como já se referiu anteriormente, considera as fontes de abastecimento de água como propriedade das comunidades, cabendo a elas organizarem-se através de comitês para garantirem a sua gestão e manutenção.

Dos vários indicadores analisados nesta sub-variável, constatou-se, por exemplo, que as comunidades não participam no processo da eleição dos líderes dos comitês como apontam as percentagens de insatisfação apresentadas neste indicador (75%), isto porque, segundo os inquiridos, não chega a haver um processo de eleição dos líderes mas, sim, a sua nomeação. E, normalmente, são nomeados homens que ocupam algum cargo ao nível da comunidade como são os casos de líderes tradicionais, secretários dos bairros, secretários das células dos partidos políticos, com destaque para o partido no poder, membros dos grupos dinamizadores ou com uma afinidade política.

Estes elementos concorrem para que as comunidades tenham receio de apresentar as suas opiniões ou sugestões sobre os modelos de gestão e funcionamento dos comitês de gestão de água e, por consequência, que vinquem apenas as decisões tomadas pelos líderes, ainda que não representem a vontade e as necessidades das comunidades.

A não participação das comunidades na eleição dos líderes dos comitês faz com que estes não sejam legitimados pelas comunidades e, por conseguinte, não tenham capacidade por exemplo de persuadir novos membros para os comitês, divulgar as actividades dos comitês ao nível das comunidades nem de prestação de contas sobre o funcionamento dos mesmos, já que, segundo Durlauf e Fafchamp (2004), os líderes são os principais promotores no processo de participação comunitária, cabendo-lhes a tarefa de convencer os membros das comunidades a contribuírem voluntariamente nos interesses das mesmas.

Por outro lado, se os líderes não são legitimados pelas comunidades não terão a capacidade de desenvolver esta acção motora no processo de participação comunitária nos comitês de gestão de água nem sequer terão capacidade de persuadir novos membros para fazerem parte dos comitês de gestão de água, como ilustram os altos índices de insatisfação apresentados na análise deste indicador (72%).

O outro aspecto abordado pelos inquiridos relaciona-se com a falta de divulgação das actividades ordinárias dos comitês e a falta de apoio por parte do Governo local nas acções das comunidades (aspecto este abordado no capítulo 4), o que dificulta, de certa maneira, o envolvimento dos membros das comunidades no processo de formação dos comitês de gestão de água, daí as altas percentagens de insatisfação nestes indicadores.

O conjunto de todos estes elementos apresentados confirma a baixa participação das comunidades no processo de formação dos comitês de gestão de água que, por sua vez, terá impacto no funcionamento dos mesmos, tal como veremos na análise da sub-variável seguinte, isto é, o funcionamento dos comitês de gestão de água.

5.2. Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água

Nesta sub-variável serão analisados nove indicadores para avaliar o grau de funcionamento dos comitês de água, como mostra a tabela 8.

Tabela 8: Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água

Indicadores		Não Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Total
Modalidades de formação dos comitês de gestão de água	N	155	25	0	180
	%	86%	14%	0	100%
Colaboração do membro dos comitês de gestão de água	N	162	18	0	180
	%	90%	10%	0	100%
Nível de formação técnica dos membros dos comitês de gestão de água para a reparação das fontes	N	166	14	0	180
	%	92%	8%	0	100%
Espaço de tempo que a comunidade leva para repor uma fonte avariada	N	180	0	0	180
	%	100%	0	0	100%
Relacionamento que os comitês de gestão de água têm com o governo distrital	N	166	14	0	180
	%	92%	8%	0	100%
Parcerias que os comitês de gestão de água têm com as ONGs nacionais e estrangeiras	N	144	36	0	180
	%	80%	20%	0	100%
Grau de pagamento de quotas mensais por parte dos membros dos comitês de gestão de água	N	143	23	14	180
	%	79%	13%	8%	100.0%
Nível de prestação de contas dos comitês aos seus membros	N	166	13	1	180
	%	92%	7%	1%	100.0%
Destino dos fundos resultantes da contribuição dos membros	N	173	7	0	180
	%	96%	4%	0	100.0%

Os dados da tabela acima indicam que todos os indicadores desta sub-variável tiveram altas percentagens na categoria de satisfação “não satisfeito”, concretamente: espaço de tempo que as comunidades levam para repor uma fonte avariada (100%), nível de formação técnica dos membros dos comitês de gestão de água para a reparação das fontes (92%), relacionamento que os comitês de gestão de água têm com o Governo Distrital (92%), grau de satisfação em relação às modalidades de formação dos comitês de gestão de água (86%), parcerias que os comitês de gestão de água têm com as ONGs nacionais e estrangeiras (80%).

Qual é razão das altas percentagens de insatisfação nestes indicadores?

Em primeiro lugar, deve-se sublinhar que estes resultados não são surpreendentes se tomarmos em consideração os resultados obtidos na interpretação dos indicadores da sub-variável participação comunitária na formação dos comitês de gestão de água, que têm como consequência, como vimos, que os comitês de água não funcionem adequadamente.

Olhando concretamente para os resultados obtidos nos indicadores desta sub-variável, estes apresentam uma sequência e articulação lógicas. Por exemplo, a insatisfação em relação às modalidades de formação dos comitês de gestão de água tem como implicação a não colaboração dos membros da comunidade no funcionamento dos mesmos e estes dois aspectos, por seu turno, têm como resultado o longo tempo que as comunidades levam para reparar uma fonte de abastecimento de água em caso de avaria.

Por outro lado, a demora na reposição de uma fonte em caso de avaria está relacionado com a falta de Capital Humano no seio das comunidades, isto é, de pessoas com formação técnica para responderem de imediato em caso de avaria de uma bomba de água pois, como vimos no ponto 4.2.1, estas comunidades não dispõem deste elemento de grande importância na solução dos problemas do seu dia-a-dia.

A este respeito, Chenje e Jhnoson (1996) afirmam que a maior parte dos Países da África Austral descentralizaram os subsistemas do abastecimento de água rural, responsabilizando as comunidades locais na gestão e manutenção dos mesmos. No entanto, a eficiência desta descentralização depende da existência ao nível da comunidade de pessoas motivadoras e com capacidade técnica e de gestão de possíveis conflitos que possam surgir devido ao incumprimento das obrigações de cada membro da comunidade. Esta reflexão enquadra-se

na nossa análise, cujo propósito passa por provar que a falta de participa o das comunidades influi no funcionamento dos comit s de gestão de  gua.

A outra inquieta o apresentada pelos inquiridos relaciona-se com o nível de presta o de contas dos comit s aos seus membros e o destino dos fundos resultantes da contribui o dos membros, o que faz com que os membros fiquem reticentes quando são solicitados a pagarem quotas mensais para o funcionamento dos comit s e para solucionar avarias das fontes num curto espaço de tempo, o que explica as altas percentagens de insatisfa o na análise destes indicadores.

As comunidades não participam no funcionamento dos comit s de água porque pensam que o dinheiro que   colectado para a manuten o das fontes fica com o líder do comit  e   aplicado para o seu benefício pessoal².

Este depoimento revela claramente a falta de confiança que as comunidades têm com os seus líderes e na gestão dos fundos colectados para o funcionamento dos comit s. Consequentemente, regista-se uma baixa participa o destas comunidades no funcionamento dos comit s de gestão de água, pois os membros não se sentem motivadas para tal.

Um outro aspecto dominante na análise de todas as variáveis deste estudo   a ausência de apoio e colabora o por parte das estruturas governamentais locais e a inexistência de parcerias entre as comunidades e as várias ONG s nacionais ou estrangeiras que operam ao nível das comunidades, que as podiam ajudar na monitoria das suas actividades, o que, de certa forma, limita a capacidade e a possibilidade de troca experiências com estes organismos no processo de funcionamento dos comit s de gestão de  gua.

Esta realidade espelha igualmente a falta do fortalecimento do Capital Social destas comunidades, já que, de acordo com Schneider (2005), o Capital Social ajuda a fortalecer o relacionamento, a confiança e a colabora o entre os membros da comunidade no processo de obten o de recursos ou serviços para solucionar uma determinada dificuldade num curto espaço de tempo.

Neste caso, a falta de capacidade de reposi o imediata de uma fonte de água avariada   uma dificuldade com que as comunidades se debatem. Porém, se o Capital Social destas

²Entrevista com o Presidente do Comit  de Gestão de água de Dongane (04.02.2011)

comunidades estivesse fortalecido esta situação poderia ser facilmente ultrapassado através do pleno funcionamento dos comitês de água, pois estes teriam fundos resultantes da contribuição dos membros para a contratação de um técnico para repor as bombas avariadas ou desenvolveriam parcerias com outras organizações no sentido de se solucionar o problema num curto espaço de tempo.

Esta relação entre o baixo nível de Capital Social das comunidades e o deficiente funcionamento dos comitês de gestão de água também é sustentado por Fukuyama (2002) que considera que o Capital Social permite aos indivíduos se unirem para defender os seus interesses e organizarem-se para apoiar as necessidades colectivas. Com efeito, a sua ausência ou fracasso afecta directamente a capacidade de as pessoas organizarem-se para superar as dificuldades existentes ao nível das comunidades.

Este deficiente funcionamento dos comitês de gestão de água é confirmado também pelos dados fornecidos pelo SDPI- Inharrime, que afirma existir uma desproporcionalidade entre os comitês de gestão de água criados anualmente e os que estão no activo, tal como mostra a tabela 10.

Tabela10: Evolução do Funcionamento dos Comitês de Água Por Ano em Cada Comunidade (2007 a 2011)

Comunidade	Evolução do Funcionamento dos Comitês de Água por Ano (2007 a 2011)									
	2007		2008		2009		2010		2011	
	Existente	No activo	Existente	No activo	Existente	No Activo	Existente	No Activo	Existente	No Activo
Nhanombe	23	12	25	13	26	14	28	15	29	17
Chacana	17	09	17	08	18	10	18	09	18	08
Nhapadiana	28	10	30	14	33	15	33	14	36	16
Dongane	13	08	13	08	14	08	15	07	18	10
Mahalamba	26	13	29	14	34	18	36	13	39	15

Fonte: Adaptação do autor com base nos dados fornecidos pelo SDPI-Inharrime

Os dados da tabela acima mostram que existe uma relação negativa entre o número dos comitês de gestão de água existentes em cada comunidade e os que estão em funcionamento no período em análise, sendo as comunidades de Malalamba e Nhapadiana as que apresentam as situações mais graves, onde mais da metade dos comitês existentes não estão em funcionamento.

Esta situação pode estar ligada, por um lado, ao facto de estas comunidades serem as que estão na região mais recôndita do Distrito, o que pode dificultar o intercâmbio com as outras; por outro lado, pode estar ligada à falta de Capital Humano suficiente para impulsionar o funcionamento dos comitês.

Com efeito, se observarmos os dados fornecidos pelo SDEJT-Inharrime, constatamos que nestas comunidades a rede escolar é constituída maioritariamente por escolas primárias do primeiro grau (ver anexo 2), o que reforça a ideia de que estas comunidades estão desprovidas de Capital Humano, um dos elementos essenciais no processo de formação de Capital Social e competências e capacidades práticas para manterem os comitês de gestão de água em funcionamento, o que com o tempo provoca inoperacionalidade dos comitês, criando-se o grande défice de abastecimento de água existente nestas comunidades.

Como vimos, as comunidades não contribuem para o funcionamento dos comitês de gestão de água por causa da desconfiança, uma vez que os seus membros pensam que os dirigentes dos comitês vão desviar o dinheiro para outros fins³. Este posicionamento encontra sustento em Jansz (2011), que considera que a inoperacionalidade dos comitês de gestão de água em Moçambique está directamente ligada à falta de confiança e de comunicação entre os comitês e as comunidades, principalmente no que se refere a gestão de fundos provenientes da contribuição dos membros. Ora, a confiança e a comunicação constituem indicadores do Capital Social das comunidades já analisados em pontos anteriores deste trabalho, tendo-se observado que os mesmos apresentam níveis baixos.

Ainda sobre o mesmo assunto, Narayan (1995) refere que nas pequenas comunidades rurais de todo o mundo, a confiança constitui o elemento fundamental para o sucesso da gestão comunitária dos sistemas de abastecimento de água, pois este processo envolve várias etapas, tais como, a necessidade de uma contribuição monetária, a contratação de um pequeno empreiteiro para a manutenção das bombas ou até a entrega da força de

³Entrevista com o Técnico de SDPI – Inharrime (08.02.2011)

trabalho pessoal e estes requisitos não podem ser alcançados sem a confiança e a entrega total dos membros das comunidades.

Esta ineficiência no funcionamento dos comitês de gestão de água reflecte-se directamente no défice existente entre o número de fontes de água existentes nas comunidades e aquelas que estão operacionais, como indica a tabela 11, colocando-se as comunidades em extrema carência da água potável.

Tabela 11: Operacionalidade das Fontes de Abastecimento de Água por Ano (2005-2011)

Operacionalidade das Fontes de Abastecimento de Água por Ano (2007-2011)										
Comunidade	2007		2008		2009		2010		2011	
	Existentes	Operacionais								
Nhanombe	23	15	25	19	26	19	28	20	29	29
Chacana	17	13	17	11	18	15	18	15	18	15
Nhapadiana	28	16	30	20	33	20	33	21	36	28
Dongane	13	10	13	11	14	10	15	12	18	12
Mahalamba	26	18	29	19	34	25	36	20	39	26

Fonte: Adaptação do autor com base nos dados fornecidos pelo SDPI-Inharrime

Como se pode constatar pelos dados fornecidos na tabela 11, à semelhança do que acontece no funcionamento dos comitês de gestão, também aqui existe uma relação negativa entre as fontes de abastecimento de água construídas anualmente e as operacionais, o que prova que o não funcionamento dos comitês de gestão de água tem impacto directo na operacionalidade das fontes de abastecimento de água existentes em cada comunidade.

Dada a ineficiência do funcionamento dos comitês de gestão de água, o Governo Distrital é obrigado a fazer pequenas intervenções nas fontes que, apesar de não serem suficientes, ajudam a minimizar a carência de água potável nas comunidades, daí explica-se a existência de fontes operacionais um pouco superior em relação aos comitês em

funcionamento. No entanto, estas intervenções não garantem a operacionalidade de todas as fontes abertas pela exiguidade do orçamento⁴.

Esta declaração reforça, por um lado, a ideia de que existe um défice no funcionamento dos comitês de gestão de água, por outro, a de que o Governo Distrital não tem dado o apoio necessário para que as comunidades melhorem a sua capacidade de gestão das fontes de abastecimento de água. Por conseguinte, a solução que o Governo Distrital tem encontrado para suprir o défice da operacionalidade destas fontes são as parcerias que estabelece com as várias ONG's que operam ao nível do Distrito, porém estas parcerias não têm surtido o efeito desejado devido à falta de uma plataforma única de acção, visto que algumas fazem intervenções a custo zero enquanto outras exigem uma participação das comunidades, dificultando-se deste modo uma acção conjunta entre as ONG's e o Governo Distrital.

Estes aspectos são confirmados por Jansz (2011) ao afirmar que a principal limitação dos Governos Distritais nas suas intervenções de melhoramento das fontes de abastecimento de água é a sua fragilidade financeira e técnica, tornando-se incapazes de resolver os problemas de abastecimento de água em caso da falta de participação das comunidades e, em relação as ONG's, exige-se que sejam uma mais-valia no apoio aos Governos Distritais e que não se orientem na base de metodologias isoladas de intervenção comunitária.

Esta falta de sincronia na actuação do Governo Distrital e das várias ONG's que operam nas comunidades foi levantada pelos inquiridos e discutida nos pontos anteriores (ver 4.2.2 do cap. 4 e 5.2 do cap. 5), validando o ponto de vista das comunidades, segundo o qual, os vários intervenientes que actuam no processo de melhoria dos sistemas de abastecimento de água fazem-no de forma isolada, o que dificulta a aproximação das comunidades tanto ao Governo Distrital como às ONG's que operam na região, no sector de água, para a supervisão dos seus trabalhos, assessoria técnica ou através de estabelecimento de parcerias para a solução dos problemas relacionados ao funcionamento das fontes de abastecimento de água.

Esta realidade caracterizada pela incapacidade do Governo Distrital em prestar o apoio necessário às comunidades no funcionamento das fontes de abastecimento de água, contrasta com os princípios da Política de Água que defendem que, apesar de as fontes de

⁴Entrevista com o Administrador do Distrito de Inharrime (02.02.2011)

água serem propriedade das comunidades, cabe aos Governos locais prestarem toda a assistência humana e técnica às comunidades de modo a que estas consigam manter as fontes em funcionamento (DNA, 2007). Esta incapacidade do Governo Distrital fragiliza a participação das comunidades, como se viu em 4.2.3, e tem como consequência a inaptidão das comunidades em manter o pleno funcionamento das fontes de abastecimento de água não obstante todo o tipo de intervenções de outras entidades no processo.

5.3. Outros Factores que Podem Afectar o Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água

Apesar de o estudo assumir que a falta de Capital Social nas comunidades é a principal causa do deficiente funcionamento dos comitês de gestão de água, existem outros factores que também podem afectar o pleno funcionamento destes comitês e neste estudo destacam-se dois, designadamente: a falta de meios financeiros e a falta disponibilidade de peças sobressalentes ao nível do distrito.

5.3.1. A falta de Meios Financeiros

Segundo Valá (2009), a falta de meios financeiros constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento das comunidades rurais em Moçambique, pois esta restrição condiciona a criação de poupanças para a sua aplicação ou para investimentos em vários sectores sociais ao nível da comunidade. Esta falta de meios financeiros é consequência da actuação de vários factores, nomeadamente, deficiência do seu produto agrícola, falta de mercados, falta de instituições de crédito, entre outros.

Por sua vez, Jansz (2011) considera que a maior parte das comunidades rurais em Moçambique não tem qualquer tipo de poupanças no seio da família ou externa, o que fragiliza grandemente a sua subsistência familiar e a capacidade de gestão das fontes de abastecimento de água potável.

Estes autores são unânimes em considerar que a maior parte das comunidades rurais em Moçambique apresenta níveis de poupança muito baixos, principalmente devido à ausência de activos líquidos, e as comunidades em estudo neste trabalho não fogem desta realidade pois, como mostram os dados apresentados no ponto 4.1, a maior parte dos agregados familiares inquiridos são camponeses, o que quer dizer que são comunidades que

dependem fundamentalmente da actividade agrícola para a obtenção da renda para a sua sobrevivência.

Esta fragilidade financeira pode influir na sua contribuição para o funcionamento dos comitês de gestão da água principalmente no que se refere ao pagamento das contribuições mensais que servem de fundos para a operação e manutenção das fontes, fazendo com que as comunidades contribuam apenas quando a fonte está avariada, o que muitas vezes dificulta a reposição rápida da mesma, uma vez que a operação exige a disponibilidade imediata de valores elevados de que as comunidades não dispõem no momento da avaria.

Este pensamento é defendido por Harvey (2005) que afirma que a maior parte das comunidades rurais vivem de um financiamento reactivo, isto é, apenas contribuem quando a fonte de abastecimento de água se encontra avariada, um método que apresenta a desvantagem de necessitar da disponibilidade imediata de fundos que muitas vezes as comunidades não possuem.

No entanto, é preciso referir que a falta de fundos no seio da comunidade tem-se agravado ainda mais devido à fragilidade do Capital Social das mesmas, pois os membros das comunidades não confiam nas pessoas que ficam com os fundos e nos destinos dos mesmos. Deste modo, coloca-se como uma das principais formas de superar a fragilidade financeira das comunidades o fortalecimento do Capital Social para diminuir os custos de transacções e aumentar o poder de negociações, entre outros.

Ainda sobre este aspecto Valá (2009) considera que o desenvolvimento de associações no seio das comunidades rurais pode permitir o aumento do seu poder de negociação, a sua capacidade de absorção de investimentos e aumento da sua eficácia na produção familiar. Está patente nesta reflexão do autor a necessidade de se fortalecer o Capital Social das comunidades para suprir o seu défice de disponibilidade financeira e também da sua participação nas questões públicas ao nível da comunidade.

5.3.2. A Disponibilidade de Peças Sobressalentes

Segundo Jansz (2011), a qualidade, disponibilidade e distribuição de peças sobressalentes é um dos factores determinantes para a sustentabilidade de qualquer projecto implementado no sector de águas. Muitos projectos de montagem de bombas manuais como fontes de

abastecimento de água acabam por não ter os êxitos desejados devido à falta de peças sobressalentes para a substituição em caso de avaria das bombas.

Em relação à nossa área de estudo, não existe uma loja ou um singular especializado na venda de peças sobressalentes, pelo que em caso de necessidade as comunidades são obrigadas a percorrer grandes distâncias para as adquirir, como confirma o depoimento que se segue.

Não existe ao nível do Distrito uma loja que se dedica à venda de peças, daí que somos obrigados a percorrer cerca de 180 km (ida e volta) para as cidades vizinhas de Inhambane e Maxixe para a compra de uma peça em caso de avaria da bomba, sem ter a certeza de que iremos encontrar as mesmas⁵.

Por outro lado, o SDPI revela que não tem disponíveis peças sobressalentes para oferecer ou vender às comunidades em caso de necessidades, devendo estas adquiri-las através das suas contribuições nas cidades próximas do Distrito (Maxixe e Inhambane), pois ao nível local não é possível as obter.

Esta situação prova a fraca capacidade de implementação da Política de Água por parte do Governo Distrital, que orienta os Governos Distritais a incentivarem e sensibilizarem os comerciantes locais a envolverem-se no processo de comercialização de bombas manuais de abastecimento de água e as suas respectivas peças sobressalentes de modo a facilitar a sua aquisição pelas comunidades em caso de necessidades.

Esta falta de envolvimento quer do Governo Distrital, quer do sector privado ao nível do distrito na disponibilização e comercialização das bombas e seus acessórios reduz a capacidade das comunidades locais de reposição duma fonte de abastecimento de água a curto prazo, pois são obrigadas a percorrer grandes distâncias para a compra de peças, o que exige das comunidades valores financeiros de que não dispõem para suportar toda a logística da operação, que inclui os custos da viagem, alojamento e o preço das peças.

Esta situação é agravada pela incerteza de encontrar as peças nos locais recomendados para a sua aquisição, porque mesmo nas cidades acima referidas apenas existem pequenos revendedores que nem sempre têm os acessórios disponíveis, já que a principal empresa que se dedica à montagem e venda destes materiais - Afridev - está sediada em Maputo e

⁵ Entrevista com o Presidente do Comité de Gestão de água de Chacana. (05.02.2011)

não tem uma delega o oficial ao nível da Província de Inhambane. Este constrangimento faz com que, efectivamente, a falta de disponibilidade de peças sobressalentes ao nível do Distrito seja um factor que dificulta o pleno funcionamento dos comit es de gestão de água, que por sua vez têm a responsabilidade de garantir a operacionalidade das fontes de abastecimento de água ao nível nas comunidades.

Capítulo 6: Conclusões e Recomendações

O presente estudo orientou-se nos seguintes objectivos a alcançar: (i) caracterizar os principais elementos que definem o Capital Social das comunidades da área de estudo; (ii) explicar os principais interesses das comunidades locais em participar nas questões públicas; (iii) explicar a influência do Capital Social nas comunidades da nossa área de estudo no funcionamento dos comitês de gestão de água; (iv) sugerir melhores formas de organização e cooperação das comunidades rurais para garantir o pleno funcionamento dos comitês de gestão de água ao nível do distrito de Inharrime.

Para a concretização dos objectivos acima mencionados, foi levantada a seguinte questão de partida: Até que ponto o Capital Social das comunidades da área deste estudo está suficientemente desenvolvido para assegurar o pleno funcionamento dos comitês de gestão de água?

Na sequência disso, para responder a esta questão-chave de partida, foram apresentadas duas hipóteses, sendo uma delas, a segunda, uma hipótese aberta por se considerar que embora o estudo considere a falta de Capital Social como a principal causa do deficiente funcionamento dos comitês de gestão de água, poderá existir uma multiplicidade de outros factores que também podem afectar o pleno funcionamento dos mesmos. A partir da hipótese principal foram definidas algumas variáveis e respectivos indicadores, com vista a examinar a sua existência. Com base nesses indicadores, foi elaborado um questionário que serviu de base de discussão com os 180 agregados familiares envolvidos no estudo. A percepção destes 180 agregados familiares foi sintetizada em função de três categorias de satisfação, a saber: ‘Muito satisfeito’, ‘satisfeito’ e ‘Não satisfeito’.

A principal hipótese do estudo considera que a ausência de “comunidades de facto” caracterizada pela falta de elementos tais como: a escolarização, confiança mútua, cooperação, interesse e participação nas questões públicas, que vários autores apresentados apontam como sendo os que definem o Capital Social de uma comunidade, actua de forma negativa no funcionamento dos comitês de gestão de água nas comunidades rurais em estudo. Esta foi examinada a partir de três variáveis: (i) nível de escolaridade, (ii) nível de confiança e cooperação mútua, (iii) interesse e participação em questões públicas.

A análise da hipótese acima apresentada, suas variáveis e seus indicadores foi efectuada nos capítulos 4 e 5, parte empírica deste estudo. Nestes capítulos, demonstraram-se os

factos que sustentam a hipótese do estudo, a partir da apresentação, análise e discussão dos dados recolhidos no campo.

6.1. Resultados do Estudo

Os capítulos 4 e 5 do presente trabalho serviram para analisar o impacto do Capital Social no funcionamento dos comitês de gestão de água, através da interpretação minuciosa de cada uma das variáveis definidas neste estudo.

6.1.1. Definição e Caracterização do Capital Social das Comunidades da Área de Estudo

Da análise e interpretação dos principais elementos que definem e caracterizam o Capital Social das comunidades e que constituem as variáveis independentes da presente pesquisa, designadamente, o nível de escolaridade, a cooperação, a confiança e a participação nas questões públicas, o estudo concluiu que os mesmos não estão suficientemente desenvolvidos nas comunidades, o que significa que as comunidades não têm o seu Capital Social amplamente fortalecido, de modo a poder funcionar como um activo social favorável à participação activa das comunidades nas questões cívicas que exigem o seu envolvimento.

6.1.2. O Nível de Escolaridade das Comunidades da Área de Estudo.

A primeira variável analisada neste estudo foi o nível de escolaridade por se considerar que é o primeiro activo das comunidades e de todas as instituições sociais para a melhoria da sua qualidade de vida.

Segundo os resultados obtidos no campo através dos inquéritos aplicados aos 180 agregados familiares das quatro comunidades estudadas, conclui-se que as comunidades apresentam um nível de escolaridade baixo devido ao difícil acesso aos serviços de educação, saúde, abastecimento de água potável e alguns preconceitos dos indivíduos adultos em participar nos programas de alfabetização.

Este baixo nível de escolaridade provocado pelo difícil acesso aos serviços básicos contribui para o fraco nível de Capital Humano das comunidades, constituindo-se na primeira dificuldade das comunidades no processo da construção do seu Capital Social, pois o mesmo exige a disponibilidade de pessoas instruídas, dinâmicas e com um

sentimento de apropriação do bem comum muito elevado, para estarem aptos a desenvolver iniciativas, projectos ou actividades que visam à satisfação das necessidades colectivas dentro das comunidades e no processo de melhoria da sua qualidade de vida.

6.1.3. Nível de Confiança e Cooperação Mútua entre as Comunidades

A confiança e a cooperação mútua foram a segunda variável analisada neste estudo, assumida como um dos principais elementos que permitem caracterizar o Capital Social das comunidades.

Nesta variável foram analisadas 10 indicadores em sincronia com os inquéritos administrados aos agregados familiares. Da interpretação feita dos resultados obtidos, constatou-se que 70% dos inquiridos se mostraram insatisfeitos em relação a esta variável, o que sugere que as comunidades têm apenas ligações fortes entre os pequenos grupos homogéneos, como os membros da mesma família, vizinhos, isto é, pessoas próximas, mas não têm capacidade de estabelecer relações de confiança e cooperação a níveis mais alargados e fora do ambiente de convivência, isto é, que ultrapassam os limites de familiaridade e vizinhança, que possam permitir a troca de experiências, partilhar modos de vida e estabelecer parcerias e redes sociais fortes entre as várias comunidades da mesma região.

Como consequência desta incapacidade de estabelecer relações de confiança e cooperação entre grupos heterogéneos, as comunidades sentem-se muito fragilizadas nas suas iniciativas viradas para a resolução de problemas locais. Esta incapacidade das comunidades de estabelecer a confiança e cooperação mais alargadas e duradouras revela que as mesmas apresentam um défice destes elementos considerados cruciais na construção do seu Capital Social.

6.1.4. Interesses e Participação das Comunidades nas Questões Públicas

Esta foi a terceira variável analisada neste estudo, sendo o elemento que exprime o nível mais elevado do Capital Social, isto é, a capacidade de as comunidades estabelecerem ligações com os seus governadores através da participação nas questões públicas. À semelhança das variáveis anteriores, a análise desta variável foi feita através da interpretação de oito indicadores constantes do inquérito apresentado aos agregados familiares, onde quase todos apresentam níveis elevados da insatisfação em relação as

questões colocadas, o que significa que as comunidades se sentem insatisfeitas em relação à sua participação nas questões públicas.

Esta insatisfação das comunidades em relação à sua participação nas questões públicas é consequência, por um lado, do comportamento das variáveis anteriormente analisadas, isto é, a falta de um nível de escolaridade e falta de confiança e cooperação mútua no seio das comunidades; por outro, do distanciamento entre as comunidades e os seus representantes governamentais, concretamente a falta da capacidade do governo do distrito de incentivar, valorizar e apoiar as iniciativas das comunidades no processo de desenvolvimento de acções que visam o melhoramento da sua qualidade de vida.

Com efeito, a falta de interesse em participar nas questões públicas revela que as comunidades não dispõem do terceiro nível do Capital Social, ou seja, o Capital Social de conexão, o que faz com que tenham uma grande limitação na resolução dos seus problemas, principalmente no que tange ao funcionamento dos comitês de gestão de água.

6.1.5. Impacto do Capital Social das Comunidades da Área de Estudo no Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água

A análise e interpretação dos principais elementos que caracterizam o capital social das comunidades resumida no ponto anterior serviu para concluir que as comunidades apresentam um nível de Capital Social muito baixo, principalmente no que se refere às categorias de ligação e conexão que são as que constituem a mais-valia para as comunidades no processo da resolução dos problemas que as afectam, daí que também constitui o epílogo deste estudo o facto de que o baixo nível do Capital Social tem um impacto negativo no funcionamento dos comitês de gestão de água, variável depende deste estudo.

Com vista a permitir a percepção do impacto negativo do baixo nível de Capital Social das comunidades no funcionamento dos comitês de gestão de água, esta variável foi decomposta em 2 sub-variáveis, designadamente: a participação comunitária na formação dos comitês de gestão de água e o funcionamento dos respectivos comitês.

6.1.5.1. Participação Comunitária na Formação dos Comitês de Gestão de Água

Como vimos na análise, as comunidades da nossa região de estudo apresentam um nível de Capital Social baixo, que se reflecte na falta de interesse das comunidades em participar

nas questões públicas, o que significa que não participam no processo de forma o dos comit s de gestão de água que   uma actividade que exige das comunidades uma participa o activa.

Dos sete indicadores definidos para analisar esta sub-variável, quase todos tiveram resultado de insatisfa o elevado por parte das comunidades inquiridas. As causas da insatisfa o em rela o   sua não participa o no processo de forma o dos comit s de gestão de água estão ligadas ao baixo nível de Capital Social das comunidades, nomeadamente, a não participa o na elei o dos líderes dos comit s por não concordarem com os métodos usados nessa elei o, a não confiança e legitimidade destes líderes por parte das comunidades e a falta de divulga o dos encontros onde são desenvolvidas essas actividades.

Esta deficiente participa o das comunidades na forma o dos comit s de gestão de água tem, por sua vez, um impacto negativo no funcionamento dos mesmos, como se demonstrou na análise da segunda sub-variável desta variável dependente do estudo.

6.1.5.2. Funcionamento dos Comit s de Gestão de  gua

Esta foi a segunda sub-variável da variável dependente escolhida para se perceber o impacto da Capital Social no funcionamento dos comit s de gestão de  gua. Assim, dos nove indicadores seleccionados para interpretar esta sub-variável, todos tiveram resultados negativos, isto  , elevada percentagem de insatisfa o das comunidades no processo de funcionamento dos comit s de gestão de  gua.

Esta insatisfa o   consequência, por um lado, da não participa o das comunidades no processo da forma o dos comit s, por outro lado, constitui a consequência lógica de toda reflexão desenvolvida neste estudo, confirmando-se a hipótese segundo a qual a falta do Capital Social nas comunidades influi negativamente no funcionamento dos comit s de gestão de  gua.

De facto, os argumentos apresentados pelas comunidades sobre a sua não participa o indicam que as mesmas não têm um Capital Social fortalecido, a falta de confiança na gestão de fundos colectados para o funcionamento dos comit s de gestão de água, a falta de presta o de contas por parte dos líderes do comit s e a ausência de uma plataforma única de ac o e coopera o das várias ONGs que operam na região, no sector de

abastecimento de água, fazem com que as comunidades não consigam estabelecer parcerias e liga es com estas organiza es que na verdade constituem o nível mais elevado de manifesta o do Capital Social.

Esta falta de participa o das comunidades no funcionamento dos comit s de gestão de água foi confirmada pelos dados fornecidos pelo Governo Distrital, segundo os quais, existe uma grande discordância entre o número de comit s de gestão de água criados anualmente e os que estão em pleno funcionamento, o que tem um impacto directo no número de fontes de abastecimento de água que estão operacionais ao nível das comunidades, criando-se um grande défice de fontes de abastecimento de água, pois apesar de o Governo Distrital fazer algumas interven es para a operacionalidade das fontes não têm sido suficientes para garantir o pleno funcionamento das mesmas.

O outro aspecto que se deve referir no fecho deste estudo   que apesar de o mesmo ter concluído que as comunidades que constituem o objecto de estudo desta pesquisa apresentam um nível de Capital Social baixo e que o mesmo tem um impacto negativo no funcionamento dos comit s de gestão de água, a pesquisa admite a existência de outros factores que também podem afectar o pleno funcionamento destes comit s. No caso deste estudo destacam-se apenas dois factores, a saber: a falta de meios financeiros e a falta disponibilidade de peças sobressalentes ao nível do Distrito.

6.2. Implica es Teóricas e Práticas do Estudo

A presente pesquisa teve como objecto de estudo o Capital Social e o seu Impacto no funcionamento dos comit s de gestão de água, nas comunidades rurais do Distrito de Inharrime, Província de Inhambane. Com efeito, considera-se que a compreensão desta singularidade pode ajudar na percep o dos outros casos conhecidos no País, onde as comunidades apresentam sérias dificuldades de acesso   água potável no seu dia-a-dia.

Uma das principais conclusões deste estudo   que as comunidades estudadas apresentam um Capital Social baixo, que não consegue ser um recurso activo, passível de ser usado na soluço dos problemas das comunidades, principalmente no que se refere ao seu envolvimento no processo de funcionamento dos comit s de gestão de água, a fim de garantirem a disponibilidade da água potável e o processo da constru o do mesmo depende de vários factores.

A partir destes pressupostos, considera-se importante que outros estudos sejam feitos noutros Distritos da Província de Inhambane e/ou do País, em geral, de modo a conferir a ligação que existe entre o Capital Social das comunidades e a sua capacidade de participação activa nas questões cívicas, ainda que as especificidades de cada comunidade e distrito devam ser tomadas em consideração para não se cair no erro de se fazer generalizações ou conspiração de resultados certos ou errados dos estudos anteriores.

No domínio utilitário deste estudo, considera-se que os problemas identificados na actuação do Capital Social nas comunidades rurais do Distrito de Inharrime e referidos neste estudo devem servir como elementos de reflexão para os membros do Governo Distrital, Provincial e Central, de forma a conduzir para a melhoria de estratégias e de Políticas Públicas e estimular o desenvolvimento comunitário. Com efeito, a curtos e médios prazos todos os envolvidos no processo de abastecimento de água potável às comunidades rurais devem fazer uma autocrítica e introspecção com vista à supressão de algumas fragilidades do processo.

6.3. Recomendações

Na concepção deste estudo foram estabelecidos dois níveis de objectivos, designadamente: o científico, que foi concretizado através da análise feita nos capítulos 4 e 5, e o prático, que consiste em, a partir dos problemas identificados, sugerir acções concretas a serem levadas a cabo pelas autoridades distritais, comunitárias e demais actores envolvidos para melhoramento do funcionamento dos comitês de gestão de água ao nível do Distrito de Inharrime. Deste modo e tendo em conta os problemas identificados no estudo, propõem-se as seguintes acções concretas:

6.3.1. Nível de Escolaridade das Comunidades da Área de Estudo.

Tal como se fez referência no capítulo 4, as comunidades apresentam um nível de Capital Humano muito baixo, daí que se recomenda ao Governo Distrital que (i) aumente o nível de acesso a educação nas comunidades locais, através da expansão em termos quantitativos e qualitativos da rede escolar a todos os níveis, (ii) melhore o acesso e a retenção da rapariga na escola, (iii) crie mecanismos que estimulem a participação de adultos nos programas de alfabetização e educação de adultos, (iv) promova campanhas de divulgação da P.A. nas comunidades de modo a que estas conheçam melhor os seus direitos e deveres, (v) na saúde, que se expanda a cobertura da rede sanitária a todos os níveis.

Às comunidades, recomenda-se que se preocupem com a sua formação individual, exigindo ao governo mais oportunidades de formação e capacitação de modo a estarem em condições de escolher melhores caminhos para o melhoramento das suas condições de vida.

6.3.2. Nível de Confiança e Cooperação Mútua Entre as Comunidades

A Confiança e Cooperação são as principais acções para que as comunidades tenham uma consistência na sua forma de organização social, daí que se recomende ao Governo Distrital para que abra espaço para as comunidades expressarem as suas opiniões sem interferência político-partidário de qualquer espécie.

Às várias ONG's que operam ao nível do Distrito recomenda-se que (i) promovam trocas de experiências entre as várias comunidades do distrito, (ii) alarguem as pequenas redes sociais existentes através da promoção de encontros destinados à discussão de problemas comuns que entre as comunidades, (iii) disseminem as actividades das várias organizações similares.

No que concerne às comunidades, aconselha-se (i) que alarguem os seus laços de amizade e solidariedade para outros grupos que não sejam apenas os vizinhos ou familiares, de modo que possam ganhar experiências de outras comunidades aplicáveis na solução dos seus problemas, (ii) criem mecanismos de participação de todos na discussão dos problemas que os afligem.

6.3.3. Interesses e Participação das Comunidades nas Questões Públicas

Para que haja uma participação eficiente das comunidades nas questões Públicas, é necessário que se formule e se institucionalize a prática de participação comunitária e se faça melhor uso das potencialidades e conhecimentos locais, daí que se recomenda ao Governo Distrital (i) que reforce a capacidade de mobilização das populações locais, através do uso de experiências de participação bem sucedidas ao nível do distrito, (ii) que garanta o imponderamento dos grupos sociais mais vulneráveis, (iii) que reduza a exclusão e relações assimétricas de poder, (iv) que reforce os vínculos associativos locais, e (v) estimule a consciência comunitária e participação.

No que se refere as comunidades, recomenda-se que as mesmas se organizem da melhor forma possível de modo a que (i) tenham a capacidade de obrigar as autoridades político-administrativas a melhorarem os serviços prestados em prol do seu desenvolvimento, (ii) exijam a prestação de contas e relatórios das actividades desenvolvidas nas suas comunidades,

e (iii) que reivindiquem a sua inclusão no desenho e concepção dos projectos implementados pelo Governo Distrital nas suas comunidades.

6.3.4. Participação Comunitária na Formação dos Comitês de Gestão de Água

Como se afirmou nos parágrafos anteriores, para que as comunidades participem nas questões públicas e, principalmente, na formação dos comitês de gestão de água é necessário que as mesmas conheçam os seus direitos e deveres, daí que se apela ao Governo Distrital (i) que promova campanhas de divulgação da P.A. nas comunidades, de modo a que estas conheçam melhor os seus direitos e deveres, (ii) que preste mais apoio às comunidades no processo de formação dos comitês de gestão de água.

No que se refere às comunidades, orienta-se (i) que elas estejam mais atentas no processo de formação dos comitês de gestão de água e os seus respectivos líderes, (ii) que os líderes divulguem antecipadamente às comunidades as datas de realização das reuniões ordinárias dos comitês de gestão de água de modo a que todos se preparem atempadamente para a sua participação, (iii) que usem critérios transparentes de eleição dos dirigentes dos comitês para que sejam legitimados pelos restantes membros das comunidades.

6.3.5. Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água

O pleno funcionamento dos comitês de gestão de água constitui o principal objectivo da realização deste estudo, daí que depois da apresentação das várias reflexões teóricas e científicas feitas ao longo do trabalho, há uma necessidade de se apresentarem recomendações práticas para todas as partes envolvidas no processo de funcionamento destes comitês, nomeadamente, o Governo Distrital, as ONG's que operam no Distrito e as comunidades.

Ao Governo Distrital orienta-se (i) que crie condições para a formação técnica dos membros dos comitês de gestão de água capazes de reparar as pequenas avarias que das fontes que surgirem para que se possa reduzir o tempo em que as comunidades ficam privadas de água, (ii) que se conceba uma plataforma de comunicação entre o governo e os comitês de modo a que o governo consiga perceber as principais dificuldades que estes enfrentam no seu funcionamento, (iii) que promova pequenas acções de formação em matéria de gestão para os líderes destes comitês.

 s ONGs que operam ao nível das comunidades, aconselha-se que ajudem as comunidades a estabelecerem parcerias com as várias ONGs que operam nesta região de modo a que estas possam trocar experiências em matéria de gestão e funcionamento dos comit s de gestão de água, por outro lado, as ONGs também devem desenvolver ac es que ajudem a elucidar as comunidades sobre a necessidade e importância da sua participa o activa no funcionamento destes comit s.

No caso das comunidades,   necessário que (i) os líderes dos comit s criem mecanismos de gestão transparente, principalmente dos fundos contribuídos pelos membros dos mesmos, (ii) apresentem relatórios mensais do funcionamento dos comit s, e (iii) peçam opiniões aos membros sobre as melhores formas de gestão dos fundos contribuídos por estes, apelando   necessidade da participa o de todos para o desenvolvimento das comunidades, sobretudo no que se refere ao acesso   água potável.

7. Bibliografia

Adriane, Hartman e Freire Réjean. (2006), *O método de observação*, Sem local: Disponível em www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/ARTIGOS/34.pdf. (consultado a 4 de Outubro de 2011)

Ander, Egg. (1978), *Tipos de Observação*, sem local.

Assembleia da República (2005) *Legislação Sobre os Órgãos Locais do Estado (Lei nº 8/2003 e o decreto nº 11/2005)*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Australian Bureau of Statistics (2002) □*Social Capital and Social Wellbeing*□. *Discussion Paper*. Canberra: Australian Bureau of Statistics.

Burns, Danny, Robin Hambleton and Paul Hoggett (1994) *The Politics of Decentralisation: Revitalising Local Democracy*. London: Macmillan Press.

Carmo, Hermano (1999) *Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta.

Casarotto, Filho e Luís Henrique Pires (2001) *Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Atlas.

Cenacarta (2011) *Localização Geográfica do Distrito de Inharrime*. Maputo

Centro Internacional de Água e Saneamento (1996) *Protecção das fontes de água Potável*. Haia.

Centro Internacional de Água e Saneamento (1997) *Auto-Melhoramento comunitário no abastecimento de água e Saneamento*. Haia.

Checkoway, Barry (1995) □*Six Strategies of Community Change*□, *Community Development Journal* 30 (1): 2-20.

Chenge, M e P. Johnson (1996) *Water in Southern Africa, SADC, IUCN*. Harare.

Coelho, António (2001) *Manual de Economia de água*. Santo Amaro – Brasil: Comunigraf editora.

Coleman, James (1990) □*Foundations of Social Theory*□, *The Belknap Press of Harvard University Press_ Cambridge*. Londres.

Conselho de Ministros (2006) *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPAII)*. Maputo: Conselho de Ministros.

Cunha, Luís, Mariolino Correia, António Santos et. al (1974) *Fundamentos de uma Nova Política de Gestão de Água em Portugal*. Lisboa.

Direcção Nacional de Geografia e Cadastro (1986) *Divisão Administrativa de Moçambique*. Maputo.

Direcção Nacional de Águas (2007) *Política Nacional de Água: Revista “Água” Nº especial*, 2ª edição. Maputo.

Direcção Nacional de Águas (2007) *Plano Estratégico do Sector de Águas e Saneamento Rural (PESA -ASR)*. Maputo.

Direcção Nacional de Águas (2007) *Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural*. Maputo.

Durlauf, Steven and Marcel Fafchamps (2004), *“Social Capital”*, *National Bureau of Economic Research, Working paper No. 10485*. Cambridge, MA.

Fukuyama, Francis (2002) ‘Social Capital and Development: The Coming Agenda’, *SAIS Review* 22(1): 23-40.

Gil, António C (2007) *Como Elaborar um Projeto de Pesquisa*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas.

Governo da República de Moçambique (2010) *Plano Quinquenal do Governo (2010-22014)*. Maputo: Imprensa Nacional.

Harvey, Peter (2005) *Operation and Maintenance for Rural Water Services: Sustainable Solutions*. Leicestershire, UK. Well Centre.

Higgins, Sílvio (2005) *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Chapecó: Argos Ed. Universitária.

Instituto Nacional de Estatística (2000) *Atlas Sócio-Demográfico de Moçambique*. Maputo.

Instituto Nacional de Estatística (2007) *III Recenseamento Geral da População e Habitação. Resultados definitivos*. Maputo.

Jansz, Shamila (2011) *Estudo Sobre a Sustentabilidade do Abastecimento de Água Rural na Província do Niassa*, Moçambique: WaterAid.

Lakatos, Eva e Mariana de Andrade Marconi (1990) *Metodologia Investigação Científica*. São Paulo: Atlas Editora

Karine, Drumond (2009) *Entrevista semi-estruturada com usuários experts*.

Knack, Stephan (1999) *“Social Capital Initiative”*, *Social capital: A Survey of Cross-Country Evidence*. Washington: World Bank.

Disponível em <http://www.worldbank.org/socialdevelopment> (acessado a 05 de Outubro de2011)

Ministério da Administração Estatal (2005) *Perfis de Desenvolvimento Distrital, Distrito de Inharrime*. Maputo.

Macamo, Virgílio (1987) *Hidrologia da Província de Inhambane*. Maputo: DNA.

Martinelli, Dante e André Joyal (2004) *Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil*. Brasília.

Mateju, Peter and Anna Vitásková (2000) *Trust and Mutually Beneficial Exchange: Two Distinct Dimensiono of Social Capital in Post Communist Societies*. Czech Republic. Institute of Sociology, Academy of Sciences of Czech Republic and Anglo-American College in Prague.

Ministério da Agricultura e Pescas (1999) *Lei de Florestas e Fauna Bravia (Lei No. 10/99)*. Maputo: Ministério da Agricultura e Pescas, Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia.

Ministério da Educação e Cultura (1986) *Atlas Geográfico, voll. 2ª Edição Revista e Actualizada*. Maputo.

Narayan, Deepa (1995) *The Contribution of People's Participation: Evidence from 121 Rural Water Supply Projects*. ESD Occasional Paper Series Nº 1. Washington, D.C: World Bank.

Negrão, José (2005) *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana: O Delta do Zambeze em Análise Retrospectiva*. Maputo: Texto Editores.

Nhazilo, Tiago F (2013) *Boa Governação e Participação dos Conselhos Consultivos no Desenvolvimento do Distrito de Matutuine. Dissertação de Mestrado*; Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane.

Oliver, P (2008) *Writing Your Thesis -Sage Study Stiels*. London.

Pearse, Andrew and Mathias Stiefel (1979) *Inquiry into Participation: A Research Approach*. New York: United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD).

Pretty, Jules (1995) □ Participatory Learning for Sustainable Agriculture□, *World Development* 23 (8): 1247- 1263.

Productivity Commission (2003) *Social Capital:Reviewing the Concept and its Policy Implications*. Canberra: Productivity Commission.

Programa Das Nações Unidas Para Desenvolvimento (2005) *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Trinova Editora.

Putnam, Robert (1996) *Comunidade e Democracia_ A experiência da Itália*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas.

Sacarrão, Germano (1991) *A bio-ecologia da água*. Lisboa.

Sanchez, Jorge (2008) *Metodologia de Pesquisa*: Disponível em [www,Projectos.inf.ufsc.br/.../Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf](http://www.Projectos.inf.ufsc.br/.../Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf) (consultado a 04 de Outubro de 2011)

Santos, Gilda (2005) *O Papel da Comunidade local no melhoramento do sistema de abastecimento da água rural – caso do Distrito de Marromeu. Trabalho de Diploma*. Maputo: Universidade Pedagógica.

Schneider, Jo Anne (2005) □Social Capital, Community and Economic Development□, *White Paper Produced for the Foundation of Community Empowerment*. September.

Sen, Amartya (2003) *O Desenvolvimento Como Liberdade*. Lisboa: Gradiva

Shaw, R (1999) *Running Water, More technical ou Health, Water and sanitation*. UK: WEDC/it Publication.

Smith, Mark (2007) *Social Capital*

Disponível em http://www.infed.org/biblio/social_capital.htm (acessado a 7 de Outubro de 2011).

Suplemento do Boletim da República, Nº 40, 1ª Série (7/10)

Teixeira, Jerónimo (2004) *Aspectos Geográficos do Distrito de Inharrime: Trabalho de Diploma*, Maputo: Universidade Pedagógica.

Temple, Jonathan (2002) *Growth Effects of Education and Social Capital in the OECD Contries*. OECD Economic Studies Departament Working Paper,263. OECD Publishing. Disponível em <http://www.oecd.org/eco/eco>. (acessado a 7 de Outubro de 2011).

Traquino, Salvador F.C.J. (2009) *Dilemas do Desenvolvimento Comunitário no Distrito de Boane. Dissertação de Mestrado: Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane*.

United Nations Development Programme (1993) *Human Development Report 1993*. New York and Oxford: Oxford University Press.

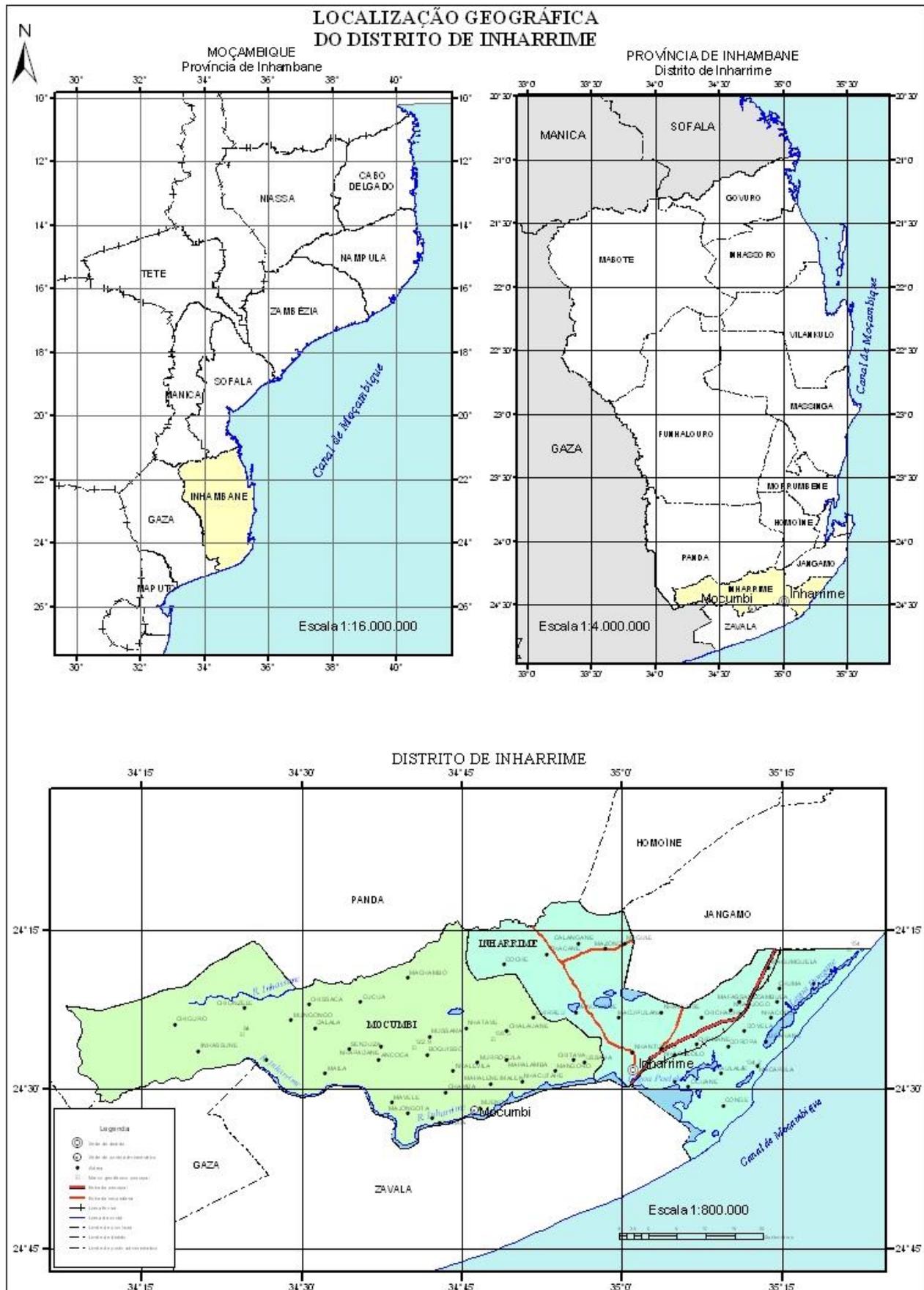
Valá, Salim C (2009) *Desenvolvimento Rural em Moçambique: Um Desafio ao Nosso alcance*. Maputo: Marimbique.

WaterAid em Moçambique (2010) *2010 - 2015 Country Strategy*. Maputo: WaterAid.

World Bank.(1994). *The World Bank and Participation* , Washigton, DC: World Bank Learning Group.

World Bank (2002).‘Social Capital PovertyNetHomepage□, *Social Capital for Development*’ Disponível em <http://www.worldbank.org/poverty/scapital/>. (acessado a 4 de Outubro de 2010)

Anexos
Anexo 1



Anexo 2



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVINCIA DE INHAMBANE
GOVERNO DO DISTRITO DE INHARRIME
SERVIÇO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E TECNOLOGIA

Redistribuição da Rede Escolar/2011 por Localidades

<i>Localidade</i>	<i>EPCs</i>	<i>Efectivos</i>	<i>EP1s</i>	<i>Efectivos</i>
CHACANE	EPC de Chacane	940	EP1 de Magula	378
	EPC de Mazonda	572	EP1 de Calangane	332
	EPC de Coche	420	EP1 de Goguza	210
	EPC de Mauaia	394	EP1 de Mavunjane	416
Sub Total	4		4	
DONGANE	EPC de Dongane	1274	EP1 de Dovela	417
	EPC de Macunguela	749	EP1 de Mafassane	405
	EPC de Cambula	473	EP1 de Tumbuine	130
	EPC de Chongola	1069	EP1 de Cuaguana	202
	EPC de Inhamuessa	680	EP1 de Marrumbine	183
			EP1 de Doropa	110
			EP1 de Chumá	328
			Ep1 Munguambe	349
			EP1 de Chilorane	265
			EP1 Canhanga	248
			EP1 de Macapula	373
			EP1 de Mahessa	465
		EP1 de Matimbine	60	
Sub Total	5		13	
NHANOM BE	EPC de Inharrime	1939	EP1 de Madovela	353
	EPC de Chiticua	816	EP1 de Mazivila	291
	EPC de Macupulane	1174	EP1 de Ngulela	435
NHANOMBE	EPC Inhantumbo	674	EP1 de Nhancolola	195
	EPC de Chemane	1002	EP1 de Laura Vicuña	239
	EPC de Sihane	900	EP1 de Muchipa	275
			EP1de Incuane	236
			EP1 de Macanza	386
			EP1 de Inhamachafo	521
			EP1 de Banzala	363
Sub Total	6		10	
MAHALAMBA	EPC de Mahalamba	984	EP1 de Ussaca	302
	EPC de Mangorro	833	EP1 de Nhacuaha	319
	EPC de Mocumbi	660	EP1 de Chirrambo	379
	EPC de Nhalivilo	321	EP1 de Dombola	165
			EP1 de Manguinhane	253

			EP1 de Nhatava	207
			EP1 de Chambá	210
			EP1 de Cuaiaia	404
Sub Total	4		8	
NHAPADIANE	EPC de Mejoôte	792	EP1 de Coguno	286
	EPC de Senduza1	498	EP1 de Mussana	183
			Ep1 de Naila	73
			EP1 de Senduza2	113
			EP1 de Machambo	113
Sub Total	2		5	
ESCOLAS SECUNDÁRIS E ETP				
NHANOMBE	ESG I CICLO		ESG II CICLO	
	04 de Outubro	4107	Laura Vicuña	274
	Laura Vicuña	1347		
	ETP D. Sávio	308		
Sub Total	3		1	
TOTAL GLOBAL				

Apêndices

Apêndice 1

Generalidades do Distrito de Inharrime

Segundo os dados do III recenseamento geral da população, o distrito apresenta uma população de cerca de 100379 habitantes, distribuídos pelos seus dois postos administrativos, conforme ilustra a tabela abaixo.

Distribuição da População no Distrito de Inharrime

Posto Administrativo	Superfície Km²	Número de Habitantes	Densidade Populacional Hab/Km².
Inharrime Sede	1.115	73879	66,3
Mocumbi	1629	26500	16,3
Total	2525	100379	39,8

Fonte: Autor com base nos dados fornecidos pelo INE (2007)

Analisando a tabela, constata-se que o Distrito apresenta uma fraca densidade populacional com cerca de 39,8 hab./ Km², apesar de a mesma ser relativamente superior a densidade global da Província de Inhambane que é de 16.4hab./ Km², e do País em geral que é de 20.1 hab./ Km².

O Posto Administrativo de Inharrime-Sede apresenta a maior concentração e densidade populacional, facto que é justificado pela influência de vários factores ecológicos e humanos, como a disponibilidade da água já que é o posto administrativo que apresenta as maiores fontes de abastecimento de água potável, o facto de ser atravessado pela estrada nacional n.º. 01, o que facilita os intercâmbios comerciais com outros territórios da Província e do País, em geral e, também, pelo facto de esta zona situar-se junto da Costa do Índico, o que possibilita o desenvolvimento da actividade piscatória e agrícola como resultado da actuação do clima tropical húmido. Em contrapartida, o Posto Administrativo de Mocumbi por se situar no interior com pouco acesso a estrada nacional n.º.01 oferece poucos atractivos para a fixação populacional.

Infra-estruturas e Serviços Sociais

O Distrito de Inharrime apresenta um défice de infra-estruturas e serviços sociais. No sector da educação, o distrito conta com 42 escolas primárias do 1º. Grau, 21 escolas Primárias Completas distribuídas em quase todas as localidades do distrito. Uma escola Primária do 2º. Grau e uma escola Secundária do 1º. Ciclo, ambas localizadas na vila sede do distrito. Conta ainda com duas escolas secundárias, uma geral e outra técnico-profissional, esta última pertencente à Comunidade Salesiana implantada no distrito.

O principal problema com que se debate o sector da educação ao nível do distrito é a falta de recursos materiais e humanos para o bom funcionamento do sector, nomeadamente: falta de sala de aulas construídas com material convencional, falta de carteiras nas salas de aula e o baixo nível de formação psico-pedagógica dos docentes para todos os níveis de ensino leccionados ao nível do distrito.

Ao nível da saúde, o distrito não tem nenhum hospital rural, sendo os cuidados básicos de saúde ministrados apenas em centros e postos de saúde. O distrito conta com apenas dois centros de saúde, um na vila sede do distrito e outro na localidade de Mahalamba. Quatro postos de saúde localizados nas localidades de Chacane, Nhanombe, Dongane e Mahalamba.

O sector de saúde ao nível do distrito debate-se com o problema da falta de pessoal qualificado, pois dos 53 funcionários da saúde, cerca de 95% são técnicos básicos, o sector debate-se também com a falta de viaturas para a supervisão das actividades nas localidades e a falta de manutenção dos edifícios da rede sanitária do distrito. (PNUD, 2009).

Em relação ao ramo de abastecimento de água, a situação não se difere da dos outros sectores, isto é, apresenta algumas deficiências no processo de abastecimento de água, situação esta que é agravada pelo deficiente funcionamento das fontes disponíveis como resultado de pequenas avarias das bombas que não são resolvidas ao nível das comunidades, o que contribui para que as comunidades percorram longas distâncias a procura de uma fonte de abastecimento de água.

Segundo o Serviço Distrital de Planeamento Físico e Infra-estruturas (SDPI), o Distrito conta com 110 furos de abastecimento de água operacionais, equipados com bombas manuais do tipo Afridev, 112 poços a céu aberto e inúmeras nascentes naturais que servem de fontes de abastecimento de água a algumas comunidades mas, no entanto,

não são consideradas como fontes seguras. Daí que para este estudo serão tidos em conta apenas os furos equipados com bombas manuais que são consideradas pela PA como fontes seguras de abastecimento de  gua.

Apêndice 2

Inquérito Aos Agregados Familiares

O presente inquérito tem por objectivo fundamental auscultar a opinião da população do Distrito de Inharrime quanto ao grau do seu envolvimento na gestão das fontes de abastecimento de água potável.

I. Aspectos Gerais dos Agregados Familiares

1. Identificação do inquirido:

- a) Chefe do AF____ Outro____ Especifique_____
- b) Sexo: F _____ M _____
- c) Idade:
Até 17 Anos_____ 18-34 Anos____ 35-59Anos_____ Mais de 60 anos_____
- d) Estado civil:
Solteiro_____ Casado____ Viúvo____ Divorciado_____ Separado____ União de Factos____
- e) Escolaridade:
Sem escolaridade_____ Nível primário: EP1_____ EP2_____
Secundário _____ Médio _____ Superior_____ Outro_____
- f) Ocupação:
Camponês_____ Comerciante formal_____ comerciante informal_____
Carvoeiro_____ Assalariado _____ Outra._____
2. Número de membros agregado familiar_____

II. Grau de Satisfação em Relação ao Nível de Escolaridade das Comunidades

1. Está satisfeito com o grau de alfabetização ou nível académico de cada membro da comunidade?
Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____
2. Está satisfeito com o grau de acesso às instituições de ensino que os membros da comunidade têm
Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

3. Na sua opinião, está satisfeito com o grau da qualidade de saúde dos membros da comunidade Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

4. Está satisfeito com o nível de acesso dos membros da comunidade aos serviços de saúde
Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

5. Está satisfeito com a qualidade de higiene dos membros da comunidade
Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

6. Está satisfeito com o nível de conhecimento que a comunidade tem sobre a Política Nacional de Água
Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

III. Grau de Satisfação em Relação ao Nível de Confiança e Cooperação Mútua

1. Na sua opinião, está satisfeito com o grau de confiança generalizada entre os membros da comunidade
Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

2. Está satisfeito com o nível de coesão social entre os membros da comunidade local
Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

3. Está satisfeito com o grau de confiança existente entre os membros da comunidade e seus representantes
Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

4. Está satisfeito com o nível de união entre os membros da comunidade e de outras comunidades
Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

5. Na sua opinião, está satisfeito com o grau de partilha de experiência de vida e de conhecimento acumulado ao longo da vida entre os membros da comunidade
Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

6. Está satisfeito com o grau de apoio mútuo entre os membros da comunidade

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

7. Está satisfeito com o nível de divisão de trabalho entre os membros da comunidade

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

8. Está satisfeito com o nível de colaboração entre as redes sociais locais e outras comunidades

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

9. Está satisfeito com o grau de parceria entre as organizações da comunidade e as ONGs Nacionais e estrangeiras

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

10. Na sua opinião, está satisfeito com a complementaridade dos membros da comunidade na realização de diversas actividades

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

11. Grau de Satisfação em Relação ao Interesse em Participar nas Questões Públicas.

1. Qual é o grau de satisfação em relação a confiança existente entre os membros da comunidade e seus representantes

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

2. Qual é o seu nível de satisfação em relação às consultas feitas pelo Governo distrital às comunidades sobre as acções a serem levadas a cabo ao nível local

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

3. Qual é o grau de satisfação em relação ao envolvimento dos membros da comunidade nos mecanismos de prestação de serviços necessitados pela comunidade local

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

4. Está satisfeito com a quantidade e qualidade de parcerias existentes entre os vários provedores de serviços de abastecimento de água e os representantes das comunidades

Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

5. Está satisfeito com o nível de exigência da comunidade na melhoria dos serviços prestados pelo Governo distrital

Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

6. Qual é o grau de satisfação em relação a formação do pessoal local em matéria de gestão e manutenção das fontes de abastecimento de água

Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

7. Está satisfeito com o grau de envolvimento dos representantes da comunidade na tomada de decisões sobre os serviços a serem prestados na comunidade

Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

8. Qual é o grau de satisfação em relação a prestação de contas por parte do governo distrital dos projectos e programas implementados nas comunidades locais.

Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

12. Participação Comunitária na Formação dos Comitês de Gestão de Água

1. Qual é o grau de satisfação em relação a participação comunitária no processo de formação dos comitês de gestão de água

Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

2. Na sua opinião, está satisfeito com o grau de obrigatoriedade dos membros da comunidade em fazerem parte dos comitês de gestão de água

Muito Satisfeito _____ Satisfeito _____ Não satisfeito _____

3. Está satisfeito com o nível de participação da comunidade na eleição dos líderes de comitês de gestão de água

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

4. Qual é o grau de satisfação em relação a capacidade dos líderes em persuadir aos membros da comunidade em fazerem parte dos comitês de gestão de água

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

5. Qual é o grau de satisfação em relação ao número de pessoas que tem aderido aos comitês de gestão de água

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

6. Está satisfeito em relação a divulgação das actividades ordinárias dos comitês de água

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

7. Qual é o grau de satisfação em relação ao apoio prestado pelo Governo na formação dos comitês de gestão de água

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

13. Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água

1. Qual é o grau de satisfação em relação as modalidades de formação dos Comitês de gestão de água

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

2. Qual é o grau de satisfação em relação a colaboração dos membros do Comitês de gestão de água

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

3. Está satisfeito com o nível de formação técnica dos membros dos Comitês de gestão de água para a reparação das fontes

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

4. Está satisfeito com o espaço de tempo que a comunidade leva para repor uma fonte avariada

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

5. Está satisfeito com o nível de relacionamento que os comitês de água têm com o governo distrital

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

6. Qual é o grau de satisfação em relação as parcerias que os comitês de água tem com as ONGs nacionais e estrangeiras

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

7. Qual é o grau de satisfação em relação ao pagamento de quotas mensais por parte dos membros dos Comitês de gestão de água

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

8. Qual é o nível de prestação de contas dos comitês aos seus membros

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

9. Qual é o grau de satisfação em relação ao destino dos fundos resultantes da contribuição dos membros dos comitês de gestão de água

Muito Satisfeito_____ Satisfeito_____ Não satisfeito_____

Muito Obrigado

Apêndice 3

Guião de Entrevista Para as Estruturas Politico Administrativas do Distrito de Inharrime e Líderes Comunitários sobre o Funcionamento dos Comitês de Gestão de Água.

1. Seu Nome completo?
2. Sua profissão e cargo que ocupa ao nível do Distrito?
3. A quanto tempo exerce o cargo?
4. Qual é o nível de cobertura de abastecimento de água potável ao nível do Distrito?
5. As comunidades têm conhecimento dos princípios da Política de água?
6. Quem faz a gestão e manutenção das fontes de abastecimento de água?
7. Como é que as comunidades se organizam para fazer a gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento de água?
8. Quais são os critérios usados na formação dos comitês de gestão de água?
9. Como é que cada membro deve participar nos comitês de gestão de água?
10. Qual é o nível de participação dos membros dos comitês nos trabalhos dos mesmos?
11. Qual é o nível de evolução e funcionamento dos comitês de gestão de água criados nos últimos 5 anos?
12. Os Líderes comunitários têm conseguido persuadir as comunidades a fazerem parte dos comitês de gestão de água?
13. Qual é o apoio que o Governo do Distrito dá na criação e funcionamento dos comitês de gestão de água?
14. Qual é o nível de satisfação das comunidades em relação a prestação de contas do funcionamento dos comitês de gestão de água?
15. Existe ao nível do Distrito uma loja ou entidade especializada na venda de peças e acessórios para as bombas de captação de água?
16. Em caso dos comitês de gestão de água não funcionarem devidamente, que acções práticas o Governo Distrital desenvolve para garantir a disponibilidade de água potável para as comunidades.
17. Que acções claras considera que deviam ser desenvolvidas para garantir o pleno funcionamento dos comitês de gestão de água?

Muito Obrigado